



VIII GOVERNO CONSTITUCIONAL

**Lei n.º ____/2019,
de ____ de novembro
ORÇAMENTO GERAL DO ESTADO PARA 2019**

O Orçamento Geral do Estado para 2019 engloba o Orçamento do Estado (OE) e o Orçamento da Segurança Social (OSS) discriminando todas as receitas e despesas do Estado e da Segurança Social, para o ano financeiro de 2019.

O Anexo I à presente lei estabelece as receitas e as despesas do Orçamento do Estado, de janeiro a dezembro de 2019, sistematizadas da seguinte forma:

Tabela I – Estimativa de receitas a serem cobradas e financiamento das despesas do Orçamento do Estado para 2019, provenientes de todas as fontes, petrolíferas e não petrolíferas (fiscais, não fiscais e provenientes de empréstimos).

O total estimado de receitas é de 1.249 milhões de dólares americanos.

Tabela II – Dotações Orçamentais para 2019 sistematizadas da seguinte forma:

1. 214,04 milhões de dólares americanos para Salários e Vencimentos;
2. 478,26 milhões de dólares americanos para Bens e Serviços;
3. 705,11 milhões de dólares americanos para Transferências Públicas;
4. 29,40 milhões de dólares americanos para Capital Menor;
5. 400,17 milhões de dólares americanos para Capital de Desenvolvimento.

O total das despesas dos serviços sem autonomia administrativa e financeira e dos órgãos autónomos sem receitas próprias é de 1.827 milhões de dólares americanos.

Tabela III – Serviços e fundos autónomos, incluindo Autoridade da Região Administrativa Especial de Oe-Cusse Ambeno (RAEOA) e Zona Especial de Economia Social de Mercado de Oe-Cusse Ambeno e Ataúro (ZEESM).

O total das despesas dos serviços e fundos autónomos em 2019 incluindo as despesas financiadas por empréstimos é de 428,15 milhões de dólares americanos. O total da estimativa das despesas para a Autoridade da Região Administrativa Especial de Oe-Cusse Ambeno (RAEOA) e Zona Especial de Economia Social de Mercado de Oe-Cusse Ambeno e Ataúro (ZEESM) é de 76 milhões de dólares americanos, a serem financiados através de dotação do OE no valor de 75,03 milhões de dólares americanos.

Tabela IV – Dotações Orçamentais para 2019 do Fundo de Desenvolvimento do Capital Humano, no total de 20 milhões de dólares americanos.

O total estimado das despesas do OE é de 1.827 milhões de dólares americanos.

O total máximo aprovado para financiamento com recurso ao endividamento público, em 2019, é de 87 milhões de dólares americanos.

As receitas não petrolíferas estimadas, incluindo as dos serviços e fundos autônomos, são de 198,6 milhões de dólares americanos, dos quais, 9,3 milhões de dólares americanos correspondem ao total de receitas cobradas pelos serviços e fundos autônomos, incluindo RAEOA e ZEESM.

Assim, o déficit fiscal não petrolífero é de 1.628,4 milhões de dólares americanos, o qual é financiado em 1.541,4 milhões de dólares americanos, a partir do Fundo Petrolífero, dos quais 529 milhões de dólares americanos corresponde a uma transferência realizada até ao valor do Rendimento Sustentável Estimado e 1.012,4 milhões de dólares americanos acima do Rendimento Sustentável Estimado, e em 87 milhões de dólares americanos através do recurso ao crédito público.

O Anexo II à presente lei estabelece as receitas e as despesas do Orçamento da Segurança Social, de janeiro a dezembro de 2019, sistematizadas da seguinte forma:

Tabela I – Total de Receitas Globais da Segurança Social, no total de 70,99 milhões de dólares americanos, assim discriminados:

- a) Contribuições para a Segurança Social, no valor de 28,61 milhões de dólares americanos;
- b) Transferências do Orçamento do Estado, no valor de 40,78 milhões de dólares americanos;
- c) Saldo de gerência do ano anterior, no valor de 1,59 milhões de dólares americanos.

As receitas globais da Segurança Social incluem, assim, as receitas efetivas do ano 2019 no valor de 69,39 milhões de dólares americanos, bem como o saldo transitado do ano 2018, ainda não transferido para o Fundo de Reserva da Segurança Social.

Tabela II – Total de Receitas do Regime não Contributivo de Segurança Social, no valor de 35,15 milhões de dólares americanos.

Tabela III – Total de Receitas do Regime Contributivo de Segurança Social - Componente de Repartição, no valor de 34,74 milhões de dólares americanos

Tabela IV – Total de Receitas do Regime Contributivo de Segurança Social - Componente de Capitalização (Fundo de Reserva da Segurança Social), no valor estimado de 28,75 milhões de dólares americanos.

Tabela V – Total de Receitas de Administração da Segurança Social, no valor estimado de 1,10 milhões de dólares americanos.

Tabela VI – Total de Despesas Globais da Segurança Social, no valor previsto de 70,99 milhões de dólares americanos, assim discriminadas:

- a) Despesas com pessoal, no valor de 0,61 milhões de dólares americanos;
- b) Aquisição de bens e serviços, no valor de 0,32 milhões de dólares americanos;
- c) Juros e outros encargos, no valor de 0,1 milhões de dólares americanos;
- d) Transferências correntes, no valor de 41,14 milhões de dólares americanos;
- e) Outras Despesas Correntes, no valor de 0,01 milhões de dólares americanos;
- f) Capital menor, no valor de 0,05 milhões de dólares americanos;

g) Ativos financeiros, no valor de 28,75 milhões de dólares americanos.

As despesas globais da Segurança Social incluem, assim, as despesas efetivas do ano 2019, no valor de 42,24 milhões de dólares americanos, bem como despesas em ativos financeiros, referentes a aplicação da verba acumulada no Fundo de Reserva da Segurança Social

Tabela VII – Total de Despesas do Regime não Contributivo de Segurança Social, no valor previsto de 35,15 milhões de dólares americanos.

Tabela VIII – Total de Despesas do Regime Contributivo de Segurança Social - Componente de Repartição, no valor previsto de 34,74 milhões de dólares americanos.

Tabela IX – Total de Despesas do Regime Contributivo de Segurança Social - Componente de Capitalização (Fundo de Reserva da Segurança Social), no valor previsto de 28,75 milhões de dólares americanos.

Tabela X – Total de Despesas de Administração da Segurança Social, no valor estimado de 1,10 milhões de dólares americanos.

O OSS para o ano de 2019 cumpre a regra do equilíbrio orçamental, estimando-se em 70,99 milhões de dólares americanos, quer o valor das receitas globais que para o mesmo se encontram previstas na Tabela I do Anexo II, quer o valor das despesas globais que para o mesmo se encontram previstas na Tabela VI do Anexo II.

Por outro lado, entre as estimativas de receitas e despesas efetivas do OSS para o ano 2019 prevê-se a existência de um saldo contabilístico no valor de 27,16 milhões de dólares americanos, relativo a saldo contabilístico do Regime Contributivo de Segurança Social – Componente de Repartição no ano 2019, que será transferido, até final do ano 2019, para o Fundo de Reserva da Segurança Social, em conformidade com a lei. O valor do saldo transitado de 2018, no valor de 1,59 milhões de dólares americanos, reverterá, igualmente, para o Fundo de Reserva da Segurança Social.

Prevê-se, deste modo, que no Fundo de Reserva da Segurança Social seja acumulado, em 2019, um valor global de 28,75 milhões de dólares americanos, transferido do Regime Contributivo de Segurança Social – Componente de Repartição, e que este valor seja aplicado, de forma a capitalizar rendimentos.

As Tabelas II a V e as Tabelas VII a X do Anexo II, correspondentes respetivamente às receitas e às despesas parcelares dos regimes de segurança social, que integram o perímetro orçamental do OSS para 2019, não equivalem aos totais consolidados na Tabela I e na Tabela VI do Anexo II, correspondentes respetivamente às receitas e às despesas globais do OSS para 2019, uma vez que, nestas últimas, não são incluídas as transferências entre regimes da segurança social, especificamente da componente de repartição para a componente de capitalização, no valor global referido de 28,75 milhões de dólares americanos.

O Governo apresenta ao Parlamento Nacional, ao abrigo da alínea c), do n.º 1 do artigo 97.º e do n.º 1 do artigo 145.º da Constituição da República, a seguinte Proposta de Lei:

CAPÍTULO I

Artigo 1.º

Definições

Para os efeitos da presente lei, entende-se por:

- a) "Categoria de Despesa" – O agrupamento das despesas sob as cinco categorias seguintes:
 - i) "Salários e Vencimentos", o montante global que um órgão pode gastar com Salários e Vencimentos para os titulares e membros dos órgãos de soberania, funcionários e agentes da Administração Pública e trabalhadores contratados pelos órgãos e instituições do Estado;
 - ii) "Bens e Serviços", o montante global que um órgão pode gastar na aquisição de Bens e Serviços;
 - iii) "Transferências Públicas", o montante global que um órgão pode gastar em subvenções públicas e pagamentos consignados;
 - iv) "Capital Menor", o montante global que um órgão pode gastar na aquisição de bens de Capital Menor;
 - v) "Capital de Desenvolvimento", o montante global que um órgão pode gastar em projetos de Capital de Desenvolvimento;
- b) "Componente de Capitalização (Fundo de Reserva da Segurança Social)", a componente do regime contributivo de segurança social que é gerida obedecendo ao método de capitalização pública de estabilização;
"Componente de Repartição", a componente do regime contributivo de segurança social que é gerida obedecendo ao método de repartição ("*pay-as-you-go*");
- c) "Despesas Compensadas pelas Receitas", as despesas suportadas pelas receitas próprias cobradas pelos serviços e fundos autónomos, desde que o montante não exceda o valor total das receitas que deram entrada nas contas relevantes do Tesouro;
- d) "Dotação Orçamental", o montante máximo inscrito no OE a favor de um órgão com vista à realização de determinada despesa;
- e) "Órgão/Órgãos", o termo genérico adotado no OE para indicar o setor público administrativo sujeito à disciplina orçamental, que inclui os serviços que não dispõem de autonomia administrativa e financeira e os órgãos autónomos sem receitas próprias e que, segundo a classificação orgânica, se pode dividir em títulos, tais como Gabinete do Presidente da República, Parlamento Nacional, Governo (Gabinete do Primeiro-Ministro, Ministros de Estado, Presidência do Conselho de Ministros, Ministérios e Secretarias de Estado), Tribunais, Procuradoria-Geral da República, bem como outras instituições que constam da Tabela II do Anexo I;
- f) "Órgãos Autónomos sem receitas próprias" os que tenham autonomia administrativa e financeira e não cobram receitas próprias para cobertura das suas despesas;

- g) “Regime Contributivo de segurança social”, o regime de segurança social que pressupõe uma relação contributiva em que as prestações sociais criam direitos;
- h) "Rubricas de Despesa", as rubricas de despesa desagregada dentro de cada Categoria de Despesa, com base na estrutura de código de contas de despesa mantida pelo Tesouro;
- i) “Segurança Social”, o regime contributivo de segurança social, o regime não contributivo de segurança social e a instituição responsável pela gestão do sistema de segurança social;
- j) “Serviços e Fundos Autónomos” os que satisfaçam, cumulativamente, os seguintes requisitos:
 - i) Não tenham natureza e forma de empresa, fundação ou associação pública, mesmo se submetidos ao regime de qualquer destas por outro diploma;
 - ii) Tenham autonomia administrativa e financeira;
 - iii) Disponham de receitas próprias para cobertura das suas despesas, nos termos da lei.

CAPÍTULO II

Orçamento do Estado

Artigo 2.º

Aprovação

É aprovado o Orçamento do Estado para o período compreendido entre 1 de janeiro e 31 de dezembro de 2019, nos seguintes termos:

- a) O total das receitas por agrupamentos, incluindo as receitas próprias dos serviços e fundos autónomos, as da Autoridade da Região Administrativa Especial de Oe-Cusse Ambeno e da Zona Especial de Economia Social de Mercado de Oe-Cusse Ambeno e Ataúro, e financiamento proveniente de empréstimos, constantes da Tabela I do Anexo I à presente lei, dela fazendo parte integrante;
- b) O total das despesas por agrupamentos, incluindo as verbas destinadas aos serviços e fundos autónomos, para financiamento da diferença entre as suas receitas próprias e o total das respetivas despesas constantes da Tabela II do Anexo I à presente lei, dela fazendo parte integrante;
- c) O total das receitas dos serviços e fundos autónomos, incluindo as da Autoridade da Região Administrativa Especial de Oe-Cusse Ambeno e da Zona Especial de Economia Social de Mercado de Oe-Cusse Ambeno e Ataúro, e das despesas a serem financiadas a partir das suas receitas próprias e do Orçamento do Estado, constantes da Tabela III do Anexo I à presente lei, dela fazendo parte integrante;
- d) O total das despesas correspondentes à dotação do Fundo de Desenvolvimento do Capital Humano, constantes da Tabela IV do Anexo I à presente lei, dela fazendo parte integrante.

Artigo 3.º

Impostos e taxas

1. Durante o ano de 2019, o Governo está autorizado a cobrar os impostos e taxas constantes da legislação em vigor.

2. Não obstante o disposto no número anterior, em 2019 é suspensa a sujeição de armas e munições, para a PNTL e F-FDTL, a pagamento de imposto seletivo de consumo, nos termos do artigo 11.º e anexo II da Lei n.º 8/2008, de 30 de junho, Lei Tributária.
3. Os pagamentos a realizar por conta de despesa relacionada com assistência médica no estrangeiro não estão sujeitos a retenção na fonte nem ao pagamento de imposto ao Estado.
4. Não é devido o pagamento de impostos ao Estado Timorense por parte de quem celebre, com este, com pessoa coletiva pública timorense ou com sociedade comercial cujo capital seja maioritariamente detido por uma entidade pública, um negócio jurídico oneroso ou gratuito que tenha por objeto a aquisição, por parte destes, de direitos de participação em atividades de exploração petrolífera.
5. Não se realizam retenções na fonte quando se processem pagamentos por conta dos negócios jurídicos a que se refere o número anterior.

Artigo 4.º

Pagamento de impostos sobre importações

1. O Tesouro fica autorizado a estabelecer e implementar um mecanismo de contabilidade para o registo e controlo das receitas e despesas, correspondente ao pagamento de impostos sobre importações efetuadas pelos órgãos ou em seu nome.
2. Fica isenta do pagamento de quaisquer taxas, direitos aduaneiros e demais imposições, a introdução, em território nacional, de bens que sejam doados ao Estado por pessoas coletivas de direito internacional ou por pessoas coletivas públicas de outros Estados, ao abrigo de acordos celebrados, para esse efeito, por titulares ou por membros de órgãos de soberania.
3. O disposto pelo número anterior aplica-se, ainda, aos bens introduzidos em território nacional destinados à construção de equipamentos coletivos ou de infraestruturas que sejam doados ao Estado, após a conclusão da execução física da obra.

Artigo 5.º

Limite autorizado para financiamento do OE

Nos termos e para os efeitos do disposto no artigo 7.º da Lei n.º 9/2005, de 3 de agosto, Lei do Fundo Petrolífero, na redação que lhe foi dada pela Lei n.º 12/2011, de 28 de setembro, o montante das transferências do Fundo Petrolífero para 2019 não excede 1.541,4 milhões de dólares americanos, sendo a transferência de 529 milhões de dólares americanos efetuada após o cumprimento do disposto no artigo 8.º e a transferência de 1.012,4 milhões de dólares americanos efetuada após o cumprimento das alíneas a), b), c) e d) do artigo 9.º da Lei do Fundo Petrolífero.

Artigo 6.º

Montante máximo de endividamento autorizado

1. Com o objetivo de fazer face às necessidades de financiamento relacionadas com a construção de infraestruturas estratégicas para o desenvolvimento do País, fica o Governo autorizado, nos termos do artigo 20.º da Lei n.º 13/2009, de 21 de outubro, sobre Orçamento e Gestão Financeira, alterada pelas Leis n.º 9/2011, de 17 de agosto, e n.º 3/2013, de 11 de setembro, e do artigo 3.º da Lei n.º 13/2011, de 28 de setembro, sobre o Regime da Dívida Pública, a recorrer ao endividamento externo concessional, adicional, até ao montante máximo de 60 milhões de dólares americanos, com o termo de pagamento até um prazo máximo de 40 anos.
2. Sem prejuízo do disposto no número anterior, em 2019, o financiamento proveniente de empréstimos, já contratados, não excede 87 milhões de dólares americanos.

Artigo 7.º

Dotações para todo o Governo

São inscritas em Dotações para Todo o Governo as seguintes dotações, cuja gestão fica a cargo do Ministério das Finanças:

- a) Fundo de Contrapartidas;
- b) Auditoria Externa;
- c) Reserva de Contingência;
- d) Quotas de Membro de Instituições Internacionais;
- e) Pensões dos Ex-Titulares e Ex-Membros dos Órgãos de Soberania;
- f) Provisão para g7+;
- g) Provisão para Serviços Legais;
- h) Provisão para a Autoridade da Região Administrativa Especial de Oe-Cusse (RAEOA) e Zona Especial de Economia Social de Mercado de Oe-Cusse Ambeno e Ataúro (ZEESM);
- i) Apoio à Conferência Episcopal de Timor-Leste;
- j) Contribuição do Estado para o Regime Contributivo da Segurança Social;
- k) Apoio às Atividades da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa;
- l) Apoio Financeiro Internacional;
- m) Capitalização do Banco Central de Timor-Leste;
- n) Provisão para Oficina de Manutenção de Veículos do Governo;
- o) Provisão para Pagamento de Empréstimos;
- p) Provisão para Pagamento Dívidas à Timor Telecom;
- q) Provisão para a comparticipação do Estado no âmbito do Acordo Especial de Investimento celebrado cpm a TL Cement, Lda;
- r) Provisão para Censos de Agricultura.

Artigo 8.º

Receitas dos serviços e fundos autónomos e fundo especial

1. As previsões das receitas domésticas, incluindo as receitas a serem cobradas pelos serviços e fundos autónomos e RAEOA e ZEESM, constam da Tabela I e Tabela III do Anexo I.
2. As receitas próprias dos serviços e fundos autónomos devem ser usadas unicamente para os fins dos mesmos.
3. As receitas resultantes das transferências a partir do OE para os serviços e fundos autónomos e para o Fundo de Desenvolvimento do Capital Humano constam das Tabelas III e IV do Anexo I.

Artigo 9.º

Regras complementares de execução do Orçamento do Estado

1. A execução orçamental pelos órgãos e pelos serviços e fundos autónomos, bem como à autoridade Região Administrativa Especial de Oe-Cusse Ambeno e à Zona Especial de Economia Social de Mercado de Oe-Cusse Ambeno e Ataúro deve obrigatoriamente ser feita com recurso ao Sistema Informático de Gestão Financeira, com exceção dos procedimentos relativos à segurança nacional, medicamentos, insumos médicos e equipamentos médico-hospitalares, bem como às verbas transferidas do OE para o OSS.
2. As verbas atribuídas aos órgãos e serviços sem autonomia administrativa e financeira que não forem gastas até ao final do ano financeiro devem ser repostas na Conta do Tesouro.
3. A contratação pública por ajuste direto apenas é permitida a cada órgão até 10% do total das respetivas dotações orçamentais para 2019, sem prejuízo da observância das normas legais sobre a sua admissibilidade.
4. O disposto no número anterior não se aplica aos aprovisionamentos no âmbito das Dotações para Todo o Governo, aos relativos a questões de segurança nacional, medicamentos, insumos médicos e equipamentos médico-hospitalares, aos do Planeamento de Desenvolvimento Integrado Municipal.
5. O membro do Governo responsável pela área das finanças, sob proposta do membro do Governo responsável pela área da solidariedade social e inclusão, fica autorizado a transferir total ou parcialmente os montantes alocados nos capítulos orçamentais “Direção Nacional do Regime Contributivo de Segurança Social” e “Direção Nacional do Regime Não Contributivo de Segurança Social”, do título orçamental “Ministério da Solidariedade Social e Inclusão”, independentemente da categoria da despesa em que estejam inscritos, para o orçamento da entidade gestora das verbas da segurança social quando os órgãos da mesma se encontrem instalados.
6. As alterações orçamentais no âmbito das Dotações para Todo o Governo seguem o disposto no artigo 38.º da Lei n.º 13/2009, de 21 de outubro, sobre Orçamento e Gestão Financeira, alterada pelas Leis n.º 9/2011, de 17 de agosto e n.º 3/2013, de 11 de setembro, com exceção da Reserva de Contingência.
7. O Parlamento Nacional realiza um debate trimestral, sobre a execução orçamental de cada ministério, secretaria de Estado, órgão autónomo sem receitas próprias e serviço e fundo autónomo, com a presença dos respetivos membros do Governo e dirigentes máximos.

8. O Governo pode recorrer à transferência do Fundo Petrolífero, acima do Rendimento Sustentável Estimado e até ao montante máximo previsto no artigo 5.º quando o saldo da conta do Tesouro for inferior a duzentos milhões de dólares americanos.
9. Os pedidos de uso da reserva de contingência devem ser devidamente justificados nos termos do n.º 3 do artigo 7.º e do artigo 37.º da Lei n.º 13/2009, de 21 de outubro, sobre Orçamento e Gestão Financeira, alterada pelas Leis n.º 9/2011, de 17 de agosto e n.º 3/2013, de 11 de setembro, e devem conter a descrição detalhada das atividades a realizar.
10. Em 2019, em caso de necessidade urgente e imprevista, o Ministro das Finanças pode alterar parte de uma dotação orçamental para despesas de contingência para um programa de órgãos com autonomia administrativa e financeira sem receita própria, de serviços e fundos autónomos e de autoridades municipais e administrações municipais.
11. Os pedidos de uso de reserva de contingência para um programa de um órgão com autonomia administrativa e financeira sem receita própria e de autoridades municipais ou de administrações municipais devem ser justificados e assinados pelo seu responsável ou em quem ele delegar.
12. Os pedidos de uso de reserva de contingência para um programa de um serviço e fundo autónomo, devem ser conjuntamente justificados e assinados pela respetiva tutela e pelo responsável do serviço e fundo autónomo.
13. No âmbito dos contratos celebrados cuja eficácia se encontre suspensa, o Governo fica autorizado a suspender a respetiva garantia de execução até se encontrarem reunidas as condições para a plena eficácia dos referidos contratos.
14. Os negócios jurídicos celebrados pelo Estado, por pessoas coletivas públicas ou por sociedades comerciais cujo capital seja maioritariamente detido por entidade pública, que tenha por objeto a aquisição, por parte destes, de direitos de participação em atividades de exploração petrolífera, não estão sujeitos à fiscalização prévia da Câmara de Contas.
15. As regras de execução do Orçamento do Estado são definidas no diploma do Governo sobre a execução orçamental.
16. O Governo fica autorizado a recorrer aos instrumentos contratuais e financeiros necessários à concretização da participação do Estado em projetos estratégicos de interesse público com participação de capital privado, nos termos a regulamentar em decreto do Governo.
17. O Governo estabelece as regras de contabilização dos compromissos assumidos pelo Estado resultantes de contratos de parcerias público-privadas, incluindo a contabilização dos montantes executados para pagamento da comparticipação públicas nesses projetos.

Artigo 10.º

Compromissos plurianuais

1. No ano financeiro de 2019, ficam todas as entidades do perímetro orçamental autorizadas a assinar contratos públicos que constituam compromissos plurianuais.

2. Para efeitos da presente lei, consideram-se compromissos plurianuais os compromissos que constituem obrigação de efetuar pagamentos em mais do que um ano financeiro ou em anos financeiros distintos do ano em que o compromisso é assumido.

Artigo 11.º

Financiamento através de doadores independentes

1. Cada Órgão só pode estabelecer acordos com doadores independentes para o fornecimento de recursos adicionais ou complementares ao financiamento contido nas afetações orçamentais na presente lei, mediante parecer prévio obrigatório do ministro responsável pela área das Finanças quando os mesmos tenham impacto no Orçamento Geral do Estado.
2. A gestão do financiamento previsto no número anterior deve ser feita de acordo com as diretivas emitidas pelo Ministério das Finanças e com os requisitos dos doadores.

CAPÍTULO III

Orçamento da Segurança Social

Secção I

Normas aplicáveis ao Orçamento da Segurança Social

Artigo 12.º

Perímetro Orçamental

1. O Orçamento da Segurança Social, em 2019, integra:
 - a) O orçamento do regime não contributivo – o regime de segurança social que respeita a direitos da cidadania, não estando as prestações sociais dependentes de prévias contratações.
 - b) O orçamento do regime contributivo de segurança social - componente de repartição, que inclui as subcomponentes do regime geral de segurança social e do regime transitório de segurança social.
 - c) O orçamento do regime contributivo de segurança social - componente de capitalização (Fundo de Reserva da Segurança Social).
 - d) O orçamento da Administração do sistema de segurança social.

Artigo 13.º

Princípios e regras

1. As receitas do Orçamento da Segurança Social são consignadas ao financiamento das despesas da segurança social.
2. O Orçamento da Segurança Social especifica as despesas e as receitas globais, bem como as de cada um dos seus regimes, incluindo o Regime não Contributivo de Segurança Social, o Regime Contributivo de Segurança Social - Componente de Repartição, o Regime Contributivo de Segurança Social - Componente de Capitalização (Fundo de Reserva da Segurança Social), e a Administração do sistema de Segurança Social.

3. Sem prejuízo do disposto nos números anteriores, os princípios e as regras orçamentais previstos nos artigos 3.º a 11.º da Lei n.º 13/2009, de 21 de outubro, aplicam-se, com as necessárias adaptações, ao Orçamento da Segurança Social.
4. Os saldos anuais da componente de repartição do Regime Contributivo de Segurança Social revertem obrigatoriamente a favor do Fundo de Reserva da Segurança Social, a gerir em capitalização, a regulamentar pelo Governo.
5. O Orçamento da Segurança Social está sujeito ao mesmo controlo orçamental, administrativo, jurisdicional e político do Orçamento do Estado.
6. O Orçamento da Segurança Social está sujeito às mesmas regras de prestação de contas, relatórios e responsabilidade financeira que o Orçamento do Estado.
7. A instituição responsável pela gestão do sistema de segurança social é autorizada a abrir uma ou mais contas bancárias comerciais, para movimentação das verbas de tesouraria da segurança social.
8. Provisoriamente, e enquanto o Instituto Nacional de Segurança Social não se encontra em pleno funcionamento, o Ministério com a tutela da segurança social assume as funções de gestão do sistema, incluindo a gestão e execução do Orçamento da Segurança Social e a tesouraria da segurança social.
9. As verbas afetas à Segurança Social não são consideradas dinheiros públicos nos termos a que se refere o artigo 12.º da Lei n.º 13/2009, de 21 de outubro.

Artigo 14.º

Conteúdo e estrutura do Orçamento da Segurança Social para o ano financeiro de 2019

1. O Orçamento da Segurança Social contém:
 - a) Informação geral sobre o orçamento;
 - b) As dotações das despesas e as previsões das receitas da segurança social.
2. No Orçamento da Segurança Social são inscritas obrigatoriamente as receitas provenientes de todas as fontes de financiamento, as contribuições sociais, as transferências do Orçamento do Estado e outras receitas afetas à segurança social.
3. No Orçamento da Segurança Social são inscritas obrigatoriamente as dotações necessárias para cobrir o financiamento de prestações sociais, previstas na lei.

Secção II

Taxa e cobrança

Artigo 15.º

Taxa contributiva

1. O valor da taxa contributiva em 2019 mantém-se em 10%, distribuída da seguinte forma:
 - a) 6 % da responsabilidade da entidade patronal;
 - b) 4 % da responsabilidade do trabalhador.
2. Sem prejuízo do referido no número anterior, as entidades patronais do setor privado podem, nos termos legais, beneficiar de reduções e dispensas na parcela da taxa contributiva a seu

cargo, por períodos transitórios, visando apoiar e incentivar a adesão ao regime contributivo de segurança social

3. Para os anos seguintes, o valor da taxa contributiva será fixado pelo Governo, após consulta com os parceiros sociais, tendo em conta o cálculo atuarial do equilíbrio de longo prazo entre contribuições e responsabilidades, e será refletido anualmente no Orçamento da Segurança Social.

Artigo 16.º

Cobrança de contribuições

A instituição responsável pela gestão do sistema de segurança social está autorizada a cobrar as contribuições devidas à Segurança Social, nos termos da lei em vigor.

Secção III

Aprovação

Artigo 17.º

Aprovação

É aprovado o Orçamento da Segurança Social para o período compreendido entre 1 de janeiro e 31 de dezembro de 2019, nos seguintes termos:

- a) Total de receitas globais da Segurança Social, constantes da Tabela I do Anexo II à presente lei, da qual faz parte integrante;
- b) Total de receitas do Regime não Contributivo de Segurança Social, do Regime Contributivo de Segurança Social- Componente de Repartição, do Regime Contributivo de Segurança Social- Componente de Capitalização (Fundo de Reserva da Segurança Social), e da Administração do sistema de Segurança Social constantes das Tabelas II a V do Anexo II à presente lei, da qual faz parte integrante
- c) Total de despesas globais da Segurança Social, constantes da Tabela VI do Anexo II à presente lei, da qual faz parte integrante;
- d) Total de despesas do Regime não Contributivo de Segurança Social, do Regime Contributivo de Segurança Social- Componente de Repartição, do Regime Contributivo de Segurança Social- Componente de Capitalização (Fundo de Reserva da Segurança Social), e da Administração do sistema de Segurança Social constantes das Tabelas VII a X do Anexo II à presente lei, da qual faz parte integrante

Secção IV

Gestão e execução do Orçamento da Segurança Social

Artigo 18.º

Alterações orçamentais e execução do Orçamento da Segurança Social

1. A entidade responsável pela gestão das verbas afetas à Segurança Social, é competente para proceder às alterações das dotações de despesa, constantes das Tabelas VI a X do Anexo II

à presente lei, incluindo as que implicam alterações entre as Tabelas VII a X do mesmo Anexo II, dentro dos limites da dotação total da despesa do Orçamento da Segurança Social, constante da Tabela VI do Anexo II, autorizada pelo Parlamento Nacional e respeitadas as respetivas finalidades.

2. Sem prejuízo do referido no número anterior, é o Governo, através do Ministro com a tutela da Segurança Social, competente para proceder a alterações orçamentais que impliquem o aumento da despesa global da segurança social, aprovada pela Tabela VI do Anexo II à presente lei, desde que as despesas em causa tenham contrapartida no aumento de receitas consignadas, designadamente contribuições para a segurança social, ou em saldos transitados de ano anterior, e desde que as referidas despesas sejam relativas a prestações sociais que constituam direitos dos beneficiários do regime contributivo de segurança social.
3. A gestão e execução do orçamento da segurança social são feitas com base num sistema informático de gestão financeira próprio.
4. Pela gestão da Segurança Social é competente a entidade responsável para tal, nos termos da lei.
5. As regras de execução do Orçamento da Segurança Social são definidas em diploma do Governo sobre a execução orçamental da Segurança Social.

CAPÍTULO IV

Disposições finais

Artigo 19.º

Responsabilidade

1. A assinatura de contratos sem cabimento orçamental gera responsabilidade política, financeira, civil e criminal, nos termos do artigo 46.º da Lei n.º 13/2009, de 21 de outubro, sobre Orçamento e Gestão Financeira, alterada pelas Leis n.º 9/2011, de 17 de agosto, e n.º 3/2013, de 11 de setembro.
2. Para efeitos de efetivação da responsabilidade financeira prevista no número anterior, considera-se que o titular do cargo político procede, com tal conduta, a um pagamento indevido, sujeito a condenação em reposição da quantia correspondente, nos termos dos artigos 44.º e seguintes da Lei n.º 9/2011, de 17 de agosto, que aprova a Orgânica da Câmara de Contas do Tribunal Superior Administrativo, Fiscal e de Contas, na redação que lhe foi dada pela Lei n.º 3/2013, de 11 de setembro.
3. Os responsáveis dos órgãos autónomos sem receitas próprias e serviços e fundos autónomos respondem política, financeira, civil e criminalmente pelos atos e omissões que pratiquem no âmbito do exercício das suas funções de execução orçamental, incluindo reporte e reconciliação, nos termos da Constituição e demais legislação aplicável, a qual tipifica as infrações criminais e financeiras, bem como as respetivas sanções, conforme sejam ou não cometidas com dolo.
4. Os responsáveis da entidade que gere as verbas afetas à Segurança Social respondem política, financeira, civil e criminalmente pelos atos e omissões que pratiquem no âmbito do exercício

das suas funções de gestão e execução, incluindo reporte e reconciliação, nos termos da Constituição e demais legislação aplicável, a qual tipifica as infrações criminais e financeiras, bem como as respetivas sanções, conforme sejam ou não cometidas com dolo.

Artigo 20.º

Entrada em vigor

A presente lei entra em vigor no dia seguinte ao da sua publicação, produzindo efeitos a partir de 1 de janeiro de 2019.

Aprovada em Conselho de Ministros de 6 de novembro de 2018.

O Primeiro-Ministro,

Taur Matan Ruak

A Ministra das Finanças em Exercício

Sara Lobo Brites

ANEXO I

Receitas e Despesas do Orçamento do Estado para 2019

TABELA I - Estimativa de receitas a serem cobradas e financiamento das despesas do Orçamento do Estado para 2019 (milhões de dólares norte-americanos) *

1	Receitas Totais	1.249,0
1.1	Receitas Petrolíferas	963,4
1.1.1	Imposto sobre Lucros Petrolíferos	161,1
1.1.2	Impostos do Mar de Timor	33,0
1.1.3	Imposto sobre o Rendimento	45,5
1.1.4	Imposto sobre Lucros Adicionais	76,2
1.1.5	Outros Impostos e Taxas Petrolíferas	27,9
1.1.6	Juros do Fundo Petrolífero	619,7
1.2	Receitas Não Petrolíferas **	189,3
1.2.1	Impostos Diretos	61,6
1.2.2	Impostos Indiretos	74,2
1.2.3	Outras Receitas e Taxas	0,6
1.2.4	Taxas e Encargos	52,5
1.2.5	Juros da Conta do Tesouro	0,5
1.3	Doações	-
1.4	Receitas Próprias dos Serviços e Fundos Autônomos, incluindo RAEOA e ZEESM	9,3
1.5	Empréstimos	87,0

I.2 – Financiamento das Despesas

Receitas não petrolíferas incluindo receitas próprias dos serviços e fundos autônomos	198,6
Transferências do Fundo Petrolífero	1.541,4
Empréstimos	87,0
Utilização Saldo Conta de Tesouro	-
Total	1.827,0

*Valores arredondados

** Total das receitas não petrolíferas excluindo receitas próprias de agências autônomas

Tabela II
Dotações Orçamentais para 2019 (milares de dólares Norte-Americano)*

	Salários e Vencimentos	Bens e Serviços	Transferências Públicas	Capital Menor	Capital de Desenvolvimento	Total das Despesas
Total de Despesas do OGE Incluindo Empréstimos	214,046	478,262	705,117	29,401	400,173	1,827,000
Total de Despesas do OGE Excluindo Empréstimos	214,046	478,262	705,117	29,401	313,173	1,740,000
Total das Despesas dos Serviços sem Autonomia Administrativa e Financeira, dos Serviços e Fundos Autónomos e dos Órgãos sem Receitas Próprias	214,046	458,262	705,117	29,401	400,173	1,807,000
Total das Despesas dos Serviços sem Autonomia Administrativa e Financeira e dos Órgãos Autónomos sem Receitas Próprias	195,171	421,624	705,117	24,071	32,865	1,378,848
Total das Despesas dos Serviços sem Autonomia Administrativa e Financeira	164,016	376,326	690,949	19,847	32,421	1,283,560
Total das Despesas dos Serviços e Fundos Autónomos (incluindo as despesas financiadas por empréstimos)	18,875	36,638	-	5,331	367,309	428,152
Total das Despesas dos Órgãos com Autonomia Administrativa e Financeira sem Receitas Próprias	31,155	45,298	14,168	4,224	444	95,288
Total do Fundo de Desenvolvimento do Capital Humano	-	20,000	-	-	-	20,000
Fundo de Desenvolvimento do Capital Humano - Nova Dotação	-	20,000	-	-	-	20,000
Fundo de Desenvolvimento do Capital Humano - Saldo Transitado	-	-	-	-	-	-
Presidência da República	907	6,140	100	421	-	7,567
Gabinete do Presidente da República	-	500	-	-	-	500
Casa Civil	907	4,602	100	318	-	5,926
Casa Militar	-	1,038	-	103	-	1,141
Parlamento Nacional	5,814	7,412	944	1,779	195	16,145
Parlamento Nacional	3,358	2,587	-	1,533	-	7,477
Gabinete do Presidente do Parlamento	73	549	-	-	-	622
Bancadas Parlamentares	-	-	944	-	-	944
Comissão A	-	155	-	-	-	155
Comissão B	-	166	-	-	-	166

	Salários e Vencimentos	Bens e Serviços	Transferências Públicas	Capital Menor	Capital de Desenvolvimento	Total das Despesas
Comissão C	-	182	-	-	-	182
Comissão D	-	133	-	-	-	133
Comissão E	-	182	-	-	-	182
Comissão F	-	151	-	-	-	151
Comissão G	-	183	-	-	-	183
Conselho de Fiscalização Sistema Nacional de Inteligência de Timor-Leste	-	69	-	-	-	69
Grupo de Mulheres Parlamentares de Timor-Leste	-	47	-	-	-	47
Gabinete do Secretária-Geral do Parlamento	-	89	-	-	-	89
Gabinete de Auditoria Interna	-	53	-	-	-	53
Direção de Gestão Financeira	-	1,408	-	59	195	1,662
Direção de Recursos Humanos e Formação	2,302	778	-	7	-	3,087
Direção de Apoio Parlamentar	-	117	-	13	-	130
Direção de Comunicação	-	206	-	165	-	371
Divisão de Planeamento, Monitorização e Avaliação	-	14	-	2	-	16
Divisão de Protocolo	-	23	-	-	-	23
Organização Global dos Parlamentares Contra a Corrupção	-	93	-	-	-	93
Centro de Promoção da Igualdade de Género	-	21	-	-	-	21
Gabinete de Estudos Estratégicos e Jurídicos	-	24	-	-	-	24
Gabinete de Relações Internacionais e Coperação	-	9	-	-	-	9
Conselho Consultivo do Fundo Petrolífero	81	173	-	1	-	255
Primeiro-Ministro	217	3,925	4,469	1,060	-	9,670
Gabinete de Apoio ao Primeiro-Ministro	217	1,995	-	-	-	2,212
Gabinete de Apoio à Sociedade Civil	-	171	4,469	-	-	4,641
Apoio à Residência Oficial do Primeiro-Ministro	-	25	-	-	-	25
Agência de Tecnologias de Informação e Comunicação I.P. - TIC TIMOR	-	1,734	-	1,060	-	2,793
Ministro do Estado e da Presidência do Conselho de Ministros	540	4,576	-	-	-	5,116

	Salários e Vencimentos	Bens e Serviços	Transferências Públicas	Capital Menor	Capital de Desenvolvimento	Total das Despesas
Gabinete do Ministro de Estado e da Presidência do Conselho de Ministros	142	355	-	-	-	498
Direção Nacional de Administração e Finanças	71	1,393	-	-	-	1,463
Unidade de Apoio Jurídico	49	696	-	-	-	745
Gabinete do Diretor-Geral	13	-	-	-	-	13
Gabinete do Porta-Voz do Governo	-	90	-	-	-	90
Direção Nacional de Recursos Humanos	56	111	-	-	-	167
Direção Nacional de Aprovisionamento	48	5	-	-	-	53
Direção Nacional de Logística e Património	61	1,500	-	-	-	1,561
Gráfica Nacional	100	426	-	-	-	526
Secretaria de Estado para a Igualdade e Inclusão	417	1,032	250	40	-	1,739
Gabinete da Secretário de Estado	93	193	-	-	-	287
Direção-Geral	27	45	-	-	-	72
Direção Nacional da Administração e Finanças	105	392	-	40	-	537
Direção Nacional de Abordagem Integrada do Género e da Capacitação da Mulher	166	390	250	-	-	806
Gabinete de Inspeção e Auditoria	26	12	-	-	-	37
Ministro Coordenador dos Assuntos Económicos	203	720	-	-	-	923
Gabinete do Ministro Coordenador dos Assuntos Económicos	203	720	-	-	-	923
Secretaria de Estado para Formação Profissional e Emprego	1,451	2,367	1,600	10	200	5,628
Gabinete do Secretário de Estado	91	211	-	-	-	302
Inspeção-Geral do Trabalho	249	183	-	-	-	432
Gabinete Direção Geral de Gestão e Planeamento	22	53	-	-	-	74
Direção Nacional de Administração e Finanças	80	360	-	-	-	440
Direção Nacional do Aprovisionamento	48	31	-	-	200	279
Direção Nacional de Informação do Mercado de Trabalho	45	45	-	-	-	90
Gabinete de Inspeção e Auditoria	47	39	-	-	-	86

	Salários e Vencimentos	Bens e Serviços	Transferências Públicas	Capital Menor	Capital de Desenvolvimento	Total das Despesas
Direção Nacional da Política de Formação Profissional	82	235	1,100	-	-	1,416
Direção Nacional da Política de Emprego	111	487	500	10	-	1,109
Direção Nacional das Relações de Trabalho	78	98	-	-	-	177
Secretaria de Apoio ao Conselho Nacional do Trabalho e ao Conselho de Arbitragem do Trabalho	20	32	-	-	-	53
Gabinete de Apoio Jurídico	25	27	-	-	-	52
Adido do Trabalho na Coreia do Sul	204	76	-	-	-	280
Labour Attaché - Austrália	108	159	-	-	-	267
Direção Nacional de Recursos Humanos	52	45	-	-	-	96
Direção Nacional de Planeamento Monitorização e Avaliação	40	38	-	-	-	78
Direção Municipal de Baucau	13	20	-	-	-	33
Direção Municipal de Bobonaro	23	24	-	-	-	46
Direção Municipal de Manufahi	17	22	-	-	-	38
Direção Municipal de Covalima	11	25	-	-	-	36
Direção Municipal de Viqueque	8	14	-	-	-	22
Direção Municipal de Aileu	8	30	-	-	-	37
Direção Municipal de Ainaro	12	9	-	-	-	21
Direção Municipal de Ermera	12	33	-	-	-	45
Direção Municipal de Lautém	8	16	-	-	-	23
Direção Municipal de Liquiçá	8	13	-	-	-	21
Direção Municipal de Manatuto	8	17	-	-	-	24
Direção-Geral da Política de Formação Profissional e Emprego	23	26	-	-	-	48
Secretaria de Estado de Cooperativas	448	1,424	1,398	150	-	3,420
Gabinete do Secretário de Estado de Cooperativas	85	194	-	-	-	279
Direção Geral das Cooperativas	40	214	-	-	-	254
Direção Nacional de Administração e Finanças	50	492	-	20	-	562
Direção Nacional de Aprovisionamento	50	290	-	130	-	470

	Salários e Vencimentos	Bens e Serviços	Transferências Públicas	Capital Menor	Capital de Desenvolvimento	Total das Despesas
Direção Nacional de cooperativa da producao Integrada	54	35	1,253	-	-	1,342
Direção Nacional de Desenvolvimento do sector Coperativas	112	135	60	-	-	307
Direção Nacional de Planeamento e Programas	31	16	85	-	-	132
Gabinete de Inspeção e de Auditoria	25	49	-	-	-	73
Secretaria de Estado do Ambiente	552	769	-	-	-	1,321
Gabinete do Secretário de Estado do Ambiente	91	146	-	-	-	237
Direção Geral do Ambiente	32	75	-	-	-	107
Direção Nacional de Proteção e Recuperação da Biodiversidade	49	130	-	-	-	179
Direção Nacional de Controlo da Poluição e Impacto Ambiental	181	115	-	-	-	296
Autoridade Nacional Designada	-	66	-	-	-	66
Agencia Nacional do Licenciamento Ambiental	-	37	-	-	-	37
Gabinete de Auditoria Interno	-	12	-	-	-	12
Gabinete Juridico e Procecução Ambiente	-	10	-	-	-	10
Secretario do Executivo da Comissão de Avaliação do Ambiente	-	37	-	-	-	37
Direção Geral do Servicos Cooperativas	-	9	-	-	-	9
Direção Nacional do Recurso Humano, Aproxionamento e Logística	111	9	-	-	-	120
Direção Nacional do Planeamento, Administração e Finanças	-	3	-	-	-	3
Centro da Educação e da Informação Ambiental	-	11	-	-	-	11
Direção Nacional para Alterações Climáticas	87	110	-	-	-	197
Ministério da Reforma Legislativa e dos Assuntos Parlamentares, Incluindo SECS	1,196	3,276	2,169	349	-	6,990
Ministério da Reforma Legislativa e dos Assuntos Parlamentares, Excluindo SECS	341	1,421	-	130	-	1,892
Gabinete do Ministro da Reforma Legislativa e dos Assuntos Parlamentares	153	1,035	-	130	-	1,318
Direção Geral de Administração e Finanças	9	81	-	-	-	90

	Salários e Vencimentos	Bens e Serviços	Transferências Públicas	Capital Menor	Capital de Desenvolvimento	Total das Despesas
Direção Nacional de Aprovisionamento e Logística	-	19	-	-	-	19
Direção Nacional de Administração e Logística	-	48	-	-	-	48
Gabinete de Reforma Judiciária	-	36	-	-	-	36
Gabinete de Reforma Legislativa	-	16	-	-	-	16
Gabinete para os Assuntos Parlamentares	31	38	-	-	-	69
Gabinete de Inovação Administrativo	87	86	-	-	-	173
Gabinete de Inspeção	-	16	-	-	-	16
Direção Nacional dos Serviços de Tradução	60	47	-	-	-	107
Secretaria de Estado para a Comunicação Social	855	1,855	2,169	219	-	5,098
Gabinete do Secretária de Estado para a Comunicação Social	94	633	-	-	-	727
Direção de Disseminação de Informação	103	452	280	45	-	880
Centro de Rádios Comunitárias	47	166	240	38	-	491
Centro de Formação e Técnica de Comunicação	5	92	-	-	-	97
Agência TATOLI, I.P	-	513	-	136	-	649
Apoio à RTTL, E.P.	605	-	1,649	-	-	2,254
Ministério das Finanças	3,123	19,379	-	149	-	22,652
Gabinete do Ministro e do Vice-Ministro	119	-	-	-	-	119
Direção-Geral dos Serviços Corporativos	277	13,216	-	-	-	13,493
Direção-Geral do Planeamento e Orçamento	336	1,483	-	82	-	1,901
Direção-Geral do Tesouro	564	-	-	-	-	564
Autoridade Tributária	445	-	-	-	-	445
Autoridade Aduaneira	891	680	-	67	-	1,638
Direção-Geral de Estatística	384	-	-	-	-	384
Unidades Orgânicas do Ministério	106	4,000	-	-	-	4,106
Dotações para todo o Governo	-	64,008	128,665	20	-	192,693
Fundo de Contrapartidas	-	5,000	-	-	-	5,000
Auditoria Externa	-	500	-	-	-	500
Reserva de Contingência	-	33,228	-	-	-	33,228

	Salários e Vencimentos	Bens e Serviços	Transferências Públicas	Capital Menor	Capital de Desenvolvimento	Total das Despesas
Quotas de Membro de Instituições Internacionais	-	2,500	-	-	-	2,500
Pensões aos Ex-Titulares e Ex-Membros dos Órgãos de Soberania	-	-	5,000	-	-	5,000
Provisão para g7+	-	-	1,500	-	-	1,500
Provisão para Serviços Legais	-	12,000	-	-	-	12,000
Provisão para Autoridade da Região Administrativa Especial de Oe-Cusse (ARAEOA) e Zona Especial de Economia Social e de Mercado de Oe-Cusse Ambeno e Ataúro (ZEESM)	-	-	76,000	-	-	76,000
Provisão para Apoio à Conferência Episcopal	-	-	10,000	-	-	10,000
Contribuição do Estado para o Regime Contributivo de Segurança Social	-	-	17,190	-	-	17,190
Apoio às Atividades da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa	-	400	-	-	-	400
Apoio Financeiro Internacional	-	-	2,000	-	-	2,000
Provisão para Capitalização do Banco Central de Timor-Leste	-	-	5,000	-	-	5,000
Provisão para Oficina de Manutenção de Veículos do Governo	-	880	-	20	-	900
Provisão para Pagamento de Empréstimos	-	-	7,075	-	-	7,075
Provisão para Pagamento de Dívidas à Timor Telecom	-	4,500	-	-	-	4,500
Provisão para a comparticipação do Estado no âmbito do Acordo Especial de Investimento celebrado com a TL Cement, Lda	-	-	4,900	-	-	4,900
Provisão para Censos de Agricultura	-	5,000	-	-	-	5,000
Ministério dos Negócios Estrangeiros e Cooperação	13,024	11,798	-	591	-	25,413
Gabinete do Ministro	-	200	-	-	-	200
Gabinete do Vice-Ministro	-	100	-	-	-	100
Direção-Geral para os Assuntos da ASEAN	-	250	-	-	-	250
Secretário-Geral	13,024	3,151	-	189	-	16,364
Direção-Geral para os Assuntos Bilaterais	-	800	-	-	-	800

	Salários e Vencimentos	Bens e Serviços	Transferências Públicas	Capital Menor	Capital de Desenvolvimento	Total das Despesas
Direção-Geral para os Assuntos Multilaterais e Regionais	-	200	-	-	-	200
Agência de Cooperação de Timor-Leste	-	62	-	-	-	62
Unidade de Missão para o Desenvolvimento Regional Integrado - TIA	-	630	-	-	-	630
Missão Permanente em Nova Iorque	-	500	-	-	-	500
Embaixada - Lisboa	-	299	-	-	-	299
Embaixada - Jacarta	-	205	-	-	-	205
Consulado - Geral de Dempassar	-	123	-	-	-	123
Consulado - Kupang	-	46	-	-	-	46
Embaixada - Washington	-	382	-	-	-	382
Embaixada - Canberra	-	252	-	34	-	286
Consulado - Geral de Sidney	-	126	-	-	-	126
Consulado - Darwin	-	176	-	-	-	176
Embaixada - Kuala Lumpur	-	192	-	8	-	200
Embaixada - Bruxelas	-	312	-	56	-	368
Embaixada - Banguocoque	-	116	-	63	-	179
Embaixada - Tóquio	-	240	-	-	-	240
Embaixada - Pequim	-	203	-	-	-	203
Embaixada - Maputo	-	157	-	-	-	157
Embaixada - Havana	-	144	-	5	-	149
Embaixada - Manila	-	106	-	35	-	141
Missão Permanente em Genebra	-	260	-	11	-	271
Embaixada - Santa Sé	-	147	-	5	-	152
Embaixada - Brasília	-	177	-	55	-	232
Embaixada - Seul	-	282	-	79	-	361
Missão Permanente - CPLP/UNESCO	-	137	-	-	-	137
Embaixada - Pretória	-	117	-	-	-	117
Embaixada - Luanda	-	240	-	51	-	291
Embaixada Singapura	-	310	-	-	-	310

	Salários e Vencimentos	Bens e Serviços	Transferências Públicas	Capital Menor	Capital de Desenvolvimento	Total das Despesas
Embaixada - Hanói	-	142	-	-	-	142
Agente Consular em Atambua	-	57	-	-	-	57
Embaixada - Londres	-	326	-	-	-	326
Embaixada - Wellington	-	173	-	-	-	173
Embaixada - Vienciana	-	110	-	-	-	110
Embaixada - Naypyidaw	-	122	-	-	-	122
Embaixada - Phnom Penh	-	114	-	-	-	114
Embaixada - Bandar Seri Begawan	-	112	-	-	-	112
Ministério da Justiça	4,750	16,569	335	1,025	193	22,872
Gabinete do Ministro	123	100	-	-	-	223
Gabinete do Vice-Ministro da Justiça	95	30	-	-	-	125
Gabinete do Secretária de Estado de Terras e Propriedades	91	40	-	-	-	132
Direção-Geral	77	36	-	1	-	113
Gabinete de Inspeção e Auditoria	93	33	-	-	-	126
Direção Nacional de Administração e Finanças	304	12,568	309	1,025	-	14,205
Direção Nacional de Assessoria Jurídica e Legislação	109	62	3	-	-	174
Direção Nacional dos Direitos Humanos e Cidadania	112	63	-	-	-	175
Direção Nacional dos Registos e Notariado	790	1,069	5	-	80	1,944
Direção Nacional dos Serviços Prisionais e da Reinserção Social	917	1,555	-	-	-	2,472
Centro de Formação Jurídica e Judiciária	154	47	1	-	-	203
Defensoria Pública	1,205	209	8	-	113	1,535
Direção Nacional de Terras, Propriedades e Serviços Cadastrais	679	757	10	-	-	1,446
Ministério da Administração Estatal	3,818	6,098	9,747	2,821	-	22,483
Gabinete do Ministro	-	175	-	-	-	175
Unidade de Aprovisionamento Descentralizado	-	15	-	-	-	15
Unidade de Apoio Jurídico e Assessoria Técnica	-	10	-	-	-	10
Unidade de Tecnologia da Informação e da Comunicação	-	68	-	87	-	155

	Salários e Vencimentos	Bens e Serviços	Transferências Públicas	Capital Menor	Capital de Desenvolvimento	Total das Despesas
Gabinete do Coordenador das Relações com a Autoridade da RAEOA	-	11	-	-	-	11
Gabinete do Vice-Ministro	-	661	-	-	-	661
Direção Geral da Descentralização Administrativa	-	57	-	-	-	57
Direção Nacional de Finanças Municipais	-	38	-	2,191	-	2,229
Direção Nacional para a Modernização Administrativa	-	82	-	-	-	82
Inspeção-Geral da Administração Estatal	-	30	-	-	-	30
Direção-Geral de Serviços Corporativos	-	97	-	-	-	97
Secretariado Técnico do PNDS	-	322	9,567	84	-	9,973
Direção Nacional de Finanças e Património	3,818	2,929	-	388	-	7,135
Direção Nacional para o Desenvolvimento e Avaliação de Políticas Públicas	-	40	-	-	-	40
Direção Nacional de Recursos Humanos	-	30	-	-	-	30
Direção Nacional de Protocolo e Comunicação Social	-	66	-	-	-	66
Arquivo Nacional	-	87	-	30	-	117
Secretariado Técnico da Administração Eleitoral	-	175	-	-	-	175
Direção-Geral para a Organização Urbana	-	102	-	42	-	143
Direção Nacional para a Higiene e Ordem Pública	-	65	180	-	-	245
Direção Nacional de Toponímia	-	251	-	-	-	251
Direção Nacional para a Mobilidade Urbana	-	469	-	-	-	469
Direção Nacional de Apoio à Administração dos Sucos	-	250	-	-	-	250
Direção Nacional da Administração Local	-	44	-	-	-	44
Secretariado de Apoio à Instalação dos Municípios	-	24	-	-	-	24
Ministério da Saúde	22,919	10,537	10,302	1,499	30	45,287
Gabinete da Ministra	125	492	-	-	-	617
Gabinete da Vice-Ministra para os Cuidados de Saúde Primários	108	477	-	-	-	585
Gabinete da Vice-Ministro para o Desenvolvimento Estratégico da Saúde	102	287	-	-	-	389

	Salários e Vencimentos	Bens e Serviços	Transferências Públicas	Capital Menor	Capital de Desenvolvimento	Total das Despesas
Inspeção-Geral da Saúde	98	104	-	-	-	202
Direção-Geral das Prestações em Saúde	55	105	5,280	-	-	5,440
Direção Nacional dos Recursos Humanos	1,126	303	-	-	-	1,430
Direção Nacional do Planeamento e Gestão Financeira	182	674	-	49	-	904
Direção Nacional de Saúde Pública	16,439	3,539	72	-	30	20,080
Direção Nacional de Política e Cooperação	147	158	-	34	-	338
Direção Nacional dos Serviços Hospitalares e Emergência	339	250	4,950	1,280	-	6,819
Hospital de Referência de Baucau	1,423	1,110	-	-	-	2,533
Hospital de Referência de Maliana	775	506	-	-	-	1,281
Hospital de Referência de Maubisse	688	530	-	-	-	1,217
Hospital de Referência de Suai	711	577	-	-	-	1,288
Gabinete de Garantia da Qualidade na Saúde	107	181	-	-	-	288
Direção Nacional da Administração, Logística e Património	262	744	-	137	-	1,143
Direção Nacional de Aprovisionamento	69	180	-	-	-	249
Direção Nacional de Farmácia e Medicamentos	129	219	-	-	-	348
Gabinete do Diretor-Geral dos Serviços Corporativos	33	101	-	-	-	134
Ministério da Educação, Juventude e Desporto Incluindo SEJD	61,176	20,823	6,171	215	561	88,946
Ministério da Educação, Juventude e Desporto Excluindo SEJD	60,608	19,265	1,864	215	21	81,973
Gabinete do Ministro	-	53	-	-	-	53
Gabinete do Vice-Ministro da Educação, Juventude e Desporto	-	34	-	-	-	34
Gabinete do Inspetor-Geral	-	84	-	-	-	84
Gabinete Jurídico	-	21	-	-	-	21
Direção-Geral de Administração e Finanças	-	20	-	-	-	20
Direção Nacional de Finanças, Administração e Logística	20	6,986	600	215	21	7,843
Direção Nacional dos Recursos Humanos	60,586	78	-	-	-	60,664

	Salários e Vencimentos	Bens e Serviços	Transferências Públicas	Capital Menor	Capital de Desenvolvimento	Total das Despesas
Direção Nacional de Aprovisionamento	2	47	-	-	-	49
Instituto Nacional de Formação de Docentes e Profissionais da Educação (INFORDEPE)	-	1,792	331	-	-	2,123
Direção Nacional de Ação Social Escolar	-	229	-	-	-	229
Serviço da Unidade do Currículo Nacional	-	3,205	-	-	-	3,205
Direção Nacional de Educação Pré-Escolar	-	104	-	-	-	104
Direção Nacional do Ensino Básico	-	2,759	75	-	-	2,834
Direção Nacional do Ensino Secundário Geral	-	367	23	-	-	390
Direção Nacional do Ensino Secundário Técnico- Vocacional	-	1,260	235	-	-	1,495
Direção Nacional do Ensino Recorrente	-	239	-	-	-	239
Direção Geral Pré-Escolar e Ensino Básico	-	16	-	-	-	16
Direção Geral Ensino Secundário	-	19	-	-	-	19
Direção Nacional da Média Educativa e Bibliotecas	-	82	-	-	-	82
Serviços do Centro de Impressão	-	680	-	-	-	680
Direção-Geral da Política, Planeamento e Parcerias	-	16	-	-	-	16
Direção Nacional de Infraestruturas Educativas	-	1,017	600	-	-	1,617
Direção Nacional de Política, Planeamento, Monitorização e Avaliação	-	142	-	-	-	142
Direção Nacional das Parcerias e Cooperação	-	15	-	-	-	15
Secretaria de Estado da Juventude e Desporto	568	1,558	4,307	-	539	6,973
Gabinete do Secretário de Estado	91	416	297	-	-	805
Direção-Geral	67	16	-	-	-	83
Direção Nacional de Administração e Finanças	124	1,019	-	-	539	1,682
Direção Nacional da Juventude	50	40	1,173	-	-	1,263
Direção Nacional do Desporto	53	6	2,680	-	-	2,739
Direção Nacional de Comunicação e Novas Tecnologias	61	22	67	-	-	151
Direção Nacional de Planeamento e Coperação Institucional	48	13	-	-	-	61
Direção Nacional de Arte Juvenil	37	13	90	-	-	140

	Salários e Vencimentos	Bens e Serviços	Transferências Públicas	Capital Menor	Capital de Desenvolvimento	Total das Despesas
Gabinete de Inspeção e Auditoria Interna	37	13	-	-	-	50
Ministério do Ensino Superior, Ciência e Cultura, Incluindo SEAC	2,223	3,986	117	618	180	7,125
Ministério do Ensino Superior, Ciência e Cultura, Excluindo SEAC	1,698	2,984	75	526	-	5,283
Gabinete do Ministro do Ensino Superior, Ciência e Cultura	123	137	-	-	-	260
Instituto Nacional Ciências e Tecnologia	54	204	-	100	-	359
Direção-Geral do Ensino Superior, da Ciência e Tecnologia	204	1,241	-	181	-	1,625
Direção Nacional do Ensino Superior Universitário	63	171	75	-	-	309
Direção Nacional do Ensino Superior Técnico	54	63	-	-	-	116
Gabinete de Coordenação do Apoio ao Estudante	725	256	-	-	-	982
Secretariado do FDCH	-	110	-	-	-	110
Instituto Politecnico de Betano	474	802	-	245	-	1,521
Secretaria de Estado da Arte e Cultura	526	1,002	42	92	180	1,842
Gabinete do Secretário de Estado da Arte e Cultura	97	180	-	-	-	277
Direção-Geral das Artes e da Cultura	109	190	42	92	180	614
Direção Nacional de Bibliotecas	60	91	-	-	-	151
Direção Nacional do Património Cultural	77	125	-	-	-	202
Direção Nacional de Artes, Cultura e Indústrias Criativas Culturais	92	70	-	-	-	162
Direção Nacional dos Museus	89	69	-	-	-	158
Academia de Artes, Cultura e Indústrias Criativas Culturais	-	278	-	-	-	278
Ministério da Solidariedade Social e Inclusão	1,744	5,883	48,879	-	-	56,506
Gabinete da Ministra	123	352	-	-	-	475
Gabinete da Vice-Ministra	95	130	-	-	-	225
Direção Nacional do Regime Contributivo de Segurança Social	59	363	4,032	-	-	4,454
Direção Nacional do Regime Não Contributivo de Segurança Social	122	462	35,149	-	-	35,733

	Salários e Vencimentos	Bens e Serviços	Transferências Públicas	Capital Menor	Capital de Desenvolvimento	Total das Despesas
Inspeção e Auditoria	47	44	-	-	-	91
Direção-Geral dos Serviços Corporativos	12	20	-	-	-	32
Unidade de Apoio Técnico	36	16	-	-	-	51
Unidade Tecnologia de Informação	27	456	-	-	-	483
Unidade de Comunicação Social e Protocolo	37	24	-	-	-	60
Direção Nacional do Plano, Finanças, Aproveitamento e Logística	138	1,177	-	-	-	1,315
Direção Nacional de Administração e Recursos Humanos	674	97	-	-	-	771
Direção Nacional de Assistência Social	171	1,768	7,730	-	-	9,669
Direção Nacional do Desenvolvimento Social	107	778	1,389	-	-	2,273
Direção-Geral de Proteção Social	46	23	-	-	-	69
Comissão de Combate ao HIV-Sida	-	-	579	-	-	579
Comissão Nacional dos Direitos das Crianças	49	174	-	-	-	223
Ministério para os Assuntos dos Combatentes da Libertação Nacional	597	4,111	95,500	722	1,235	102,165
Gabinete do Ministro para Assuntos dos Combatentes da Libertação Nacional	123	99	-	-	-	222
Gabinete do Secretária de Estado para os Assuntos dos Combatentes da Libertação Nacional	91	602	-	-	-	693
Direção Nacional dos Assuntos dos Combatentes da Libertação Nacional	383	3,410	95,500	722	1,235	101,250
Ministério do Planejamento e Investimento Estratégico	223	5,029	-	-	11,755	17,007
Gabinete do Ministro	86	387	-	-	-	473
Direção-Geral de Gestão Administrativa	19	60	-	-	-	79
Gabinete Jurídico	15	108	-	-	-	123
Direção Nacional de Gestão de Recursos Humanos	42	69	-	-	-	110
Gabinete de Inspeção e Auditoria Interna	13	6	-	-	-	19
Direção Nacional de Administração, Finanças e Aproveitamento	48	303	-	-	-	351
Agência de Desenvolvimento Nacional	-	2,474	-	-	11,755	14,229

	Salários e Vencimentos	Bens e Serviços	Transferências Públicas	Capital Menor	Capital de Desenvolvimento	Total das Despesas
Comissão Nacional de Aprovisionamento	-	1,622	-	-	-	1,622
Ministério das Obras Públicas	5,121	128,457	1,000	3,401	16,860	154,839
Gabinete do Ministro das Obras Públicas	146	588	-	-	-	734
Gabinete do Vice-Ministro	95	275	-	-	-	371
Direção-Geral da Administração e Finanças	480	12,575	-	3,401	16,860	33,316
Direção-Geral das Obras Públicas	817	12,197	-	-	-	13,014
Direção-Geral da Eletricidade	2,527	90,898	1,000	-	-	94,424
Direção-Geral de Água, Saneamento e Urbanização	982	11,899	-	-	-	12,881
Direção-Geral de Habitação e Planeamento Urbano	73	25	-	-	-	98
Ministério dos Transportes e Comunicações	1,496	3,027	1,000	236	516	6,276
Gabinete do Ministro dos Transportes e Comunicações	97	166	-	-	-	263
Gabinete do Planamaneto Política e Coperação	43	32	-	40	-	115
Gabinete Jurídico	13	10	-	-	-	23
Gabinete do Inspeção e Auditoria	26	14	-	36	-	76
Direção Nacional do Orçamento, Gestão e Financeira	250	122	1,000	54	516	1,941
Direção Nacional do Recurso Humano	48	23	-	35	-	105
Direção Nacional de Aprovisionamento	40	143	-	38	-	220
Direção Nacional de Administração, Logística e Património	46	20	-	35	-	101
Direção Geral da Administração e Finanças	6	10	-	-	-	16
Gabinete do Diretor-Geral Transportes e Comunicações	38	430	-	-	-	468
Direção Nacional dos Serviços de Transportes Marítimos	86	87	-	-	-	173
Direção Nacional Metrologia e Geofísica	67	232	-	-	-	299
Direção Nacional dos Transportes Terrestres	352	972	-	-	-	1,324
Direção Nacional dos Correios de Timor-Leste	103	130	-	-	-	233
Autoridade da Aviação Civil de Timor-Leste	284	636	-	-	-	920
Ministério do Turismo, Comércio e Indústria	1,655	6,120	-	-	-	7,775
Gabinete do Ministro e Vice-Ministro	186	355	-	-	-	542

	Salários e Vencimentos	Bens e Serviços	Transferências Públicas	Capital Menor	Capital de Desenvolvimento	Total das Despesas
Instituto para a Qualidade de Timor-Leste, IQTL, IP	34	336	-	-	-	370
Gabinete de Apoio Técnico e Jurídico	40	250	-	-	-	290
Direção-Geral do Comércio	21	200	-	-	-	221
Direção Nacional Regulação Comercial e Proteção Consumidores	52	50	-	-	-	103
Direção Nacional do Comércio Interno	58	261	-	-	-	319
Direção Nacional do Comércio Externo	219	286	-	-	-	505
Direção Nacional Marketing	22	88	-	-	-	110
Direção-Geral do Turismo	39	200	-	-	-	239
Direção Nacional do Plano e Desenvolvimento Turístico	39	691	-	-	-	730
Direção Nacional de Empreendimentos, Atividades e Produtos Turísticos	33	179	-	-	-	212
Direção Nacional de Marketing do Turismo e Relações Internacionais	41	99	-	-	-	140
Gabinete de Inspeção e Auditoria Interna	71	40	-	-	-	111
Direção Geral da Indústria	10	89	-	-	-	99
Direção Nacional de Apoio e Desenvolvimento das Micro, Pequenas e Médias Empresas	12	32	-	-	-	44
Direção Nacional de Desenvolvimento Industrial	58	203	-	-	-	261
Direção Nacional Indústria Manufactureira	79	92	-	-	-	171
Direção Geral de Administrações Serviços Corporativos	140	80	-	-	-	220
Direção Nacional de Administração dos Recursos Humanos	99	1,134	-	-	-	1,232
Direção Nacional de Gestão Financeira	86	411	-	-	-	497
Direção Nacional de Aprovisionamento	68	163	-	-	-	231
Direção Nacional de Pesquisa e Desenvolvimento	95	71	-	-	-	166
Direção Nacional de Coordenação de Serviços Planeamento	26	23	-	-	-	48
Direção Nacional de Logístico e Patrimonial	49	397	-	-	-	447
Inspeção Geral de Jogos	60	360	-	-	-	420

	Salários e Vencimentos	Bens e Serviços	Transferências Públicas	Capital Menor	Capital de Desenvolvimento	Total das Despesas
Centro de Convenções de Díli	16	30	-	-	-	46
Ministério da Agricultura e Pescas	3,566	9,774	-	479	891	14,709
Gabinete do Ministro	102	60	-	-	-	162
Gabinete de Secretária de Estado das Pescas	82	40	-	-	-	122
Direção-Geral de Floresta, Café e Plantas Industriais	19	30	-	-	-	49
Direção Nacional da Conservação da Natureza	152	150	-	-	-	302
Direção-Geral de Agricultura	24	30	-	-	-	54
Direção Nacional de Veterinária	97	465	-	-	-	562
Secretário-Geral	39	40	-	-	-	79
Região Baucau	25	23	-	-	-	47
Região Ainaro	16	23	-	-	-	39
Região Ermera	25	23	-	-	-	48
Direção Nacional de Recursos Humanos	86	516	-	-	-	602
Direção Nacional de Aprovisionamento	52	55	-	-	-	107
Direção Nacional de Agro-Comércio	81	216	-	-	-	297
Direção Nacional de Administração e Finanças	196	400	-	-	-	596
Gabinete de Inspeção, Fiscalização e Auditoria	48	45	-	-	-	93
Direção Nacional de Pesquisa, Estatística e Informação Geográfica	273	428	-	-	-	701
Direção Nacional de Quarentena e Biossegurança	310	242	-	-	-	552
Direção Nacional de Formação Técnica Agrícola	490	400	-	-	-	890
Direção Nacional de Política, Planeamento, Monitorização e Assuntos Jurídicos	123	83	-	-	-	206
Direção Nacional de Agricultura, Horticultura e Extensão	262	2,576	-	250	-	3,088
Direção Nacional de Aquicultura	145	500	-	-	-	645
Direção Nacional de Segurança Alimentar e Cooperação	68	109	-	-	-	177
Direção Nacional de Florestas e Gestão de Bacias Hidrográficas	130	995	-	-	-	1,125

	Salários e Vencimentos	Bens e Serviços	Transferências Públicas	Capital Menor	Capital de Desenvolvimento	Total das Despesas
Direção Nacional de Irrigação e Gestão Utilização de Água	157	252	-	-	684	1,093
Direção Nacional de Café e Plantas Industriais	98	935	-	-	-	1,033
Direção Nacional de Pecuária	156	715	-	-	207	1,078
Diretor-Geral de Pecuária e Veterinária	26	30	-	-	-	56
Diretor-Geral de Pescas	16	30	-	-	-	46
Direção Nacional da Inspeção das Pescas	86	112	-	-	-	198
Direção Nacional das Pescas e Gestão de Recursos Pesqueiros	181	251	-	229	-	661
Ministério da Defesa Incluindo F-FDTL	10,063	17,960	-	3,286	-	31,309
Ministério da Defesa Excluindo F-FDTL	1,196	6,434	-	2,286	-	9,915
Gabinete do Ministro	136	746	-	-	-	882
Direção-Geral	24	20	-	-	-	44
Gabinete de Inspeção e Auditoria	34	-	-	-	-	34
Direção Nacional de Administração e Finanças	47	3,745	-	-	-	3,793
Direção Nacional de Planeamento Estratégico e Política Internacional da Defesa	832	797	-	-	-	1,629
Direção Nacional de Aprovisionamento	46	100	-	-	-	146
Direção Nacional de Gestão do Património	44	1,015	-	2,286	-	3,345
Direção Nacional de Recursos Humanos	32	10	-	-	-	42
FALINTIL-Forças de Defesa de Timor-Leste	8,867	11,527	-	1,000	-	21,394
Quartel Geral das F-FDTL	8,867	11,527	-	1,000	-	21,394
Ministério do Interior, Incluindo PNTL	22,463	22,449	600	2,850	-	48,363
Ministério do Interior, Excluindo PNTL	6,563	5,645	600	1,332	-	14,141
Gabinete do Ministro	123	333	-	-	-	456
Gabinete do Secretária de Estado para a Proteção Civil	1,400	764	600	287	-	3,051
Gabinete do Diretor-Geral dos Serviços Corporativos	82	87	-	15	-	184
Gabinete de Inspeção e Auditoria	79	44	-	6	-	128
Direção Nacional de Administração e Finanças	128	339	-	14	-	481

	Salários e Vencimentos	Bens e Serviços	Transferências Públicas	Capital Menor	Capital de Desenvolvimento	Total das Despesas
Direção Nacional de Logística e Gestão do Património	66	72	-	-	-	138
Direção Nacional de Proteção Civil	364	165	-	5	-	534
Direção Nacional de Segurança do Património Público	2,906	2,527	-	-	-	5,433
Direção Nacional de Prevenção de Conflitos Comunitários	130	128	-	-	-	258
Direção Nacional de Aprovisionamento	81	73	-	6	-	161
Serviços de Migração	991	751	-	765	-	2,507
Gabinete do Diretor-Geral dos Serviços Operacionais	40	16	-	-	-	56
Gabinete de Assessoria	26	22	-	4	-	52
Autoridade Nacional da Segurança Rodoviária	80	308	-	230	-	618
Direção Nacional de Recursos Humanos	68	15	-	-	-	83
Polícia Nacional de Timor-Leste	15,900	16,804	-	1,518	-	34,222
Direção Nacional de Administração e Finanças	15,900	9,518	-	823	-	26,242
Unidade Especial da Polícia	-	2,286	-	345	-	2,631
Unidade de Patrulhamento das Fronteiras	-	1,252	-	55	-	1,307
Unidade Marítima	-	872	-	200	-	1,072
Comando Nacional de Operações	-	1,061	-	95	-	1,156
Centro da Formação da Polícia	-	387	-	-	-	387
Região I	-	457	-	-	-	457
Região II	-	478	-	-	-	478
Região III	-	404	-	-	-	404
Região Oe-Cusse	-	89	-	-	-	89
Ministério do Petróleo e Minerais	308	1,239	378,747	70	-	380,364
Gabinete do Ministro	123	681	-	-	-	804
Diretor-Geral	12	1	-	-	-	13
Gabinete de Inspeção e Auditoria	23	1	-	-	-	24
Gabinete de Apoio Jurídico	7	1	-	-	-	8
Direção Nacional de Administração e Finanças	92	298	378,747	70	-	379,208

	Salários e Vencimentos	Bens e Serviços	Transferências Públicas	Capital Menor	Capital de Desenvolvimento	Total das Despesas
Secretariado TL- EITI	12	256	-	-	-	268
Direção Nacional Recursos Humanos	38	1	-	-	-	39
Tribunais	3,248	3,101	-	1,191	-	7,541
Conselho Superior da Magistratura Judicial	44	21	-	-	-	64
Tribunal de Recurso	1,759	2,775	-	1,191	-	5,725
Tribunais Distritais	1,446	305	-	-	-	1,751
Procuradoria-Geral da República	2,520	1,421	-	337	249	4,526
Procuradoria-Geral da República	1,620	1,332	-	337	249	3,538
Procuradoria Distrital de Baucau	372	40	-	-	-	411
Procuradoria Distrital de Suai	330	30	-	-	-	360
Procuradoria Distrital de Oe-Cusse	198	19	-	-	-	217
Provedoria dos Direitos Humanos e Justiça	722	990	-	257	-	1,968
Provedoria dos Direitos Humanos e Justiça	722	947	-	257	-	1,926
Direções Direitos Humanos e Boa Governação	-	42	-	-	-	42
Comissão Anti-Corrupção	801	427	-	83	-	1,311
Comissão Anti-Corrupção	801	427	-	83	-	1,311
Comissão da Função Pública	1,085	1,380	-	59	-	2,523
Comissão da Função Pública	1,085	1,380	-	59	-	2,523
Universidade Nacional Timor Lorosa'e (Serviço e Fundo Autónomo com Receita Própria)	9,031	4,893	-	1,825	900	16,650
Universidade Nacional Timor Lorosa'e	9,031	4,893	-	1,825	900	16,650
Arquivo e Museu da Resistência Timorense (Serviço e Fundo Autónomo)	-	3,178	-	301	-	3,479
Arquivo e Museu da Resistência Timorense	-	3,178	-	301	-	3,479
Conselho de Imprensa (Serviço e Fundo Autónomo)	227	596	-	-	-	823
Conselho de Imprensa	227	596	-	-	-	823
Instituto de Apoio ao Desenvolvimento Empresarial (Serviço e Fundo Autónomo)	519	436	-	19	-	973
Instituto de Apoio ao Desenvolvimento Empresarial	519	436	-	19	-	973

	Salários e Vencimentos	Bens e Serviços	Transferências Públicas	Capital Menor	Capital de Desenvolvimento	Total das Despesas
Agência de Promoção e Exportação de Timor-Leste - TradeInvest Timor-Leste (Serviço e Fundo Autónomo)	-	1,110	-	6	-	1,116
TradeInvest Timor-Leste	-	1,110	-	6	-	1,116
Serviço de Registo e Verificação Empresarial (Serviço e Fundo Autónomo)	-	970	-	230	-	1,200
Serviço de Registo e Verificação Empresarial	-	970	-	230	-	1,200
Instituto de Pesquisa, Desenvolvimento, Formação e Promoção do Bambu (Serviço e Fundo Autónomo)	-	442	-	32	-	474
BAMBU	-	442	-	32	-	474
Centro de Formação SENAI (Serviço e Fundo Autónomo)	102	197	-	180	-	479
Centro de Formação SENAI	102	197	-	180	-	479
Polícia Científica de Investigação Criminal (Serviço e Fundo Autónomo)	1,083	575	-	263	-	1,921
Polícia Científica de Investigação Criminal	1,083	575	-	263	-	1,921
Hospital Nacional Guido Valadares (Serviço e Fundo Autónomo)	5,143	4,724	-	639	-	10,506
Hospital Nacional Guido Valadares	5,143	4,724	-	639	-	10,506
Serviço Autónomo de Medicamentos e Equipamentos Médicos (Serviço e Fundo Autónomo)	313	4,757	-	466	-	5,536
Serviço Autónomo de Medicamentos e Equipamentos Médicos	313	4,757	-	466	-	5,536
Laboratório Nacional (Serviço e Fundo Autónomo)	327	390	-	125	-	842
Laboratório Nacional	327	390	-	125	-	842
Centro Nacional de Reabilitação (Serviço e Fundo Autónomo)	23	648	-	448	-	1,119
Centro Nacional de Reabilitação	23	648	-	448	-	1,119
Instituto de Gestão de Equipamentos (Serviço e Fundo Autónomo)	1,140	2,001	-	-	-	3,141
Instituto de Gestão de Equipamentos	1,140	2,001	-	-	-	3,141
Administração dos Portos de Timor-Leste (Serviço e Fundo Autónomo)	500	3,102	-	37	-	3,638

	Salários e Vencimentos	Bens e Serviços	Transferências Públicas	Capital Menor	Capital de Desenvolvimento	Total das Despesas
Autoridade Portuária de Timor-Leste	500	1,198	-	37	-	1,734
Operações do Berlin - Nakroma	-	1,904	-	-	-	1,904
Autoridade Reguladora das Comunicações (Serviço e Fundo Autónomo)	-	1,058	-	278	-	1,336
Autoridade Reguladora das Comunicações	-	1,058	-	278	-	1,336
Instituto de Defesa Nacional (Serviço e Fundo Autónomo)	39	1,275	-	58	-	1,373
Instituto de Defesa Nacional	39	1,275	-	58	-	1,373
Agência Nacional para a Avaliação e Acreditação Académica (Serviço e Fundo Autónomo)	10	345	-	-	-	356
Agência Nacional para Avaliação e Acreditação Académica	10	345	-	-	-	356
Instituto Nacional da Saúde (Serviço e Fundo Autónomo)	240	241	-	170	-	651
Instituto de Ciências da Saúde	240	241	-	170	-	651
Centro Logístico Nacional (Serviço e Fundo Autónomo)	92	2,446	-	-	-	2,539
Centro de Logístico Nacional	92	2,446	-	-	-	2,539
Autoridade de Inspeção e Fiscalização da Atividade Económica, Sanitária e Alimentar (Serviço e Fundo Autónomo)	55	853	-	53	-	961
Autoridade de Inspeção e Fiscalização da Atividade Económica, Sanitária e Alimentar	55	853	-	53	-	961
Centro Nacional de Emprego e Formação Profissional - Tibar (Serviço e Fundo Autónomo)	-	1,304	-	200	-	1,504
Centro Nacional de Emprego e Formação Profissional - Tibar	-	1,304	-	200	-	1,504
Instituto Nacional do Desenvolvimento de Mão-de-Obra (Órgão Autónomo sem Receitas Próprias)	42	432	-	21	-	495
Instituto Nacional do Desenvolvimento de Mão-de-Obra	42	432	-	21	-	495
Autoridade Municipal de Baucau	1,416	1,511	929	-	-	3,856
Secretariado de Autoridade Municipal	489	408	871	-	-	1,768
Serviço Municipal de Saúde	189	131	-	-	-	320

	Salários e Vencimentos	Bens e Serviços	Transferências Públicas	Capital Menor	Capital de Desenvolvimento	Total das Despesas
Serviço Municipal de Educação	153	678	58	-	-	889
Serviço Municipal de Agricultura	403	125	-	-	-	528
Serviço Municipal de Obras Públicas e Transportes	66	23	-	-	-	89
Serviço Municipal de Água, Saneamento Básico e Ambiente	76	75	-	-	-	151
Serviço Municipal de Gestão de Mercados e Turismo	7	6	-	-	-	13
Serviço Municipal de Registos, Notariado e Serviços Cadastrais	20	8	-	-	-	29
Serviço Municipal de Ação Social e Gestão de Desastres Naturais	13	56	-	-	-	69
Autoridade Municipal de Bobonaro	1,438	2,067	594	-	-	4,099
Secretariado de Autoridade Municipal	562	468	570	-	-	1,601
Serviço Municipal de Saúde	137	186	-	-	-	322
Serviço Municipal de Educação	228	1,054	24	-	-	1,305
Serviço Municipal de Agricultura	340	174	-	-	-	514
Serviço Municipal de Obras Públicas e Transportes	65	22	-	-	-	88
Serviço Municipal de Água, Saneamento Básico e Ambiente	58	75	-	-	-	133
Serviço Municipal de Gestão de Mercados e Turismo	12	6	-	-	-	17
Serviço Municipal de Registos, Notariado e Serviços Cadastrais	19	15	-	-	-	34
Serviço Municipal de Ação Social e Gestão de Desastres Naturais	18	67	-	-	-	85
Autoridade Municipal de Díli	1,900	3,299	998	22	-	6,219
Secretariado de Autoridade Municipal	1,093	1,481	541	22	-	3,137
Serviço Municipal de Saúde	180	200	-	-	-	380
Serviço Municipal de Educação	519	1,480	457	-	-	2,456
Serviço Municipal de Agricultura	80	48	-	-	-	128
Serviço Municipal de Obras Públicas e Transportes	-	30	-	-	-	30
Serviço Municipal de Água, Saneamento Básico e Ambiente	-	-	-	-	-	-
Serviço Municipal de Gestão de Mercados e Turismo	-	-	-	-	-	-

	Salários e Vencimentos	Bens e Serviços	Transferências Públicas	Capital Menor	Capital de Desenvolvimento	Total das Despesas
Serviço Municipal de Registos, Notariado e Serviços Cadastrais	-	-	-	-	-	-
Serviço Municipal de Ação Social e Gestão de Desastres Naturais	28	60	-	-	-	88
Autoridade Municipal de Ermera	1,193	1,405	687	-	-	3,285
Secretariado de Autoridade Municipal	599	403	676	-	-	1,678
Serviço Municipal de Saúde	140	127	-	-	-	267
Serviço Municipal de Educação	178	726	11	-	-	915
Serviço Municipal de Agricultura	200	47	-	-	-	247
Serviço Municipal de Obras Públicas e Transportes	29	15	-	-	-	44
Serviço Municipal de Água, Saneamento Básico e Ambiente	41	35	-	-	-	76
Serviço Municipal de Gestão de Mercados e Turismo	-	6	-	-	-	6
Serviço Municipal de Registos, Notariado e Serviços Cadastrais	-	6	-	-	-	6
Serviço Municipal de Ação Social e Gestão de Desastres Naturais	6	39	-	-	-	45
Administração Municipal de Aileu	868	918	535	-	-	2,321
Secretariado de Administração Municipal	364	240	526	-	-	1,130
Serviço Municipal de Saúde	89	89	-	-	-	177
Serviço Municipal de Educação	176	442	10	-	-	627
Serviço Municipal de Agricultura	150	46	-	-	-	195
Serviço Municipal de Obras Públicas e Transportes	35	20	-	-	-	54
Serviço Municipal de Água, Saneamento Básico e Ambiente	38	33	-	-	-	71
Serviço Municipal de Gestão de Mercados e Turismo	6	5	-	-	-	11
Serviço Municipal de Registos, Notariado e Serviços Cadastrais	6	8	-	-	-	14
Serviço Municipal de Ação Social e Gestão de Desastres Naturais	6	36	-	-	-	42
Administração Municipal de Ainaro	1,047	1,374	367	-	-	2,788
Secretariado de Administração Municipal	222	381	367	-	-	970

	Salários e Vencimentos	Bens e Serviços	Transferências Públicas	Capital Menor	Capital de Desenvolvimento	Total das Despesas
Serviço Municipal de Saúde	178	110	-	-	-	287
Serviço Municipal de Educação	215	660	-	-	-	875
Serviço Municipal de Agricultura	283	105	-	-	-	388
Serviço Municipal de Obras Públicas e Transportes	85	24	-	-	-	109
Serviço Municipal de Água, Saneamento Básico e Ambiente	53	49	-	-	-	101
Serviço Municipal de Gestão de Mercados e Turismo	-	6	-	-	-	6
Serviço Municipal de Registos, Notariado e Serviços Cadastrais	6	-	-	-	-	6
Serviço Municipal de Ação Social e Gestão de Desastres Naturais	5	40	-	-	-	46
Administração Municipal de Covalima	1,272	1,205	390	-	-	2,867
Secretariado de Administração Municipal	576	314	373	-	-	1,263
Serviço Municipal de Saúde	135	97	-	-	-	232
Serviço Municipal de Educação	226	530	16	-	-	772
Serviço Municipal de Agricultura	238	130	-	-	-	368
Serviço Municipal de Obras Públicas e Transportes	20	16	-	-	-	36
Serviço Municipal de Água, Saneamento Básico e Ambiente	55	72	-	-	-	126
Serviço Municipal de Gestão de Mercados e Turismo	-	5	-	-	-	5
Serviço Municipal de Registos, Notariado e Serviços Cadastrais	14	10	-	-	-	24
Serviço Municipal de Ação Social e Gestão de Desastres Naturais	8	32	-	-	-	40
Administração Municipal de Lautém	1,291	1,278	626	-	-	3,196
Secretariado de Administração Municipal	427	367	420	-	-	1,214
Serviço Municipal de Saúde	179	56	-	-	-	235
Serviço Municipal de Educação	193	542	206	-	-	941
Serviço Municipal de Agricultura	384	161	-	-	-	545
Serviço Municipal de Obras Públicas e Transportes	42	27	-	-	-	69
Serviço Municipal de Água, Saneamento Básico e Ambiente	63	87	-	-	-	151

	Salários e Vencimentos	Bens e Serviços	Transferências Públicas	Capital Menor	Capital de Desenvolvimento	Total das Despesas
Serviço Municipal de Gestão de Mercados e Turismo	3	38	-	-	-	42
Serviço Municipal de Registos, Notariado e Serviços Cadastrais	-	-	-	-	-	-
Serviço Municipal de Ação Social e Gestão de Desastres Naturais	-	-	-	-	-	-
Administração Municipal de Liquiçá	1,022	1,111	445	-	-	2,578
Secretariado de Administração Municipal	286	305	445	-	-	1,036
Serviço Municipal de Saúde	182	63	-	-	-	244
Serviço Municipal de Educação	177	583	-	-	-	760
Serviço Municipal de Agricultura	223	59	-	-	-	281
Serviço Municipal de Obras Públicas e Transportes	41	19	-	-	-	61
Serviço Municipal de Água, Saneamento Básico e Ambiente	48	31	-	-	-	79
Serviço Municipal de Gestão de Mercados e Turismo	15	7	-	-	-	22
Serviço Municipal de Registos, Notariado e Serviços Cadastrais	15	13	-	-	-	28
Serviço Municipal de Ação Social e Gestão de Desastres Naturais	35	32	-	-	-	67
Administração Municipal de Manufahi	1,190	1,345	446	-	-	2,980
Secretariado de Administração Municipal	582	303	446	-	-	1,330
Serviço Municipal de Saúde	160	180	-	-	-	340
Serviço Municipal de Educação	165	610	-	-	-	776
Serviço Municipal de Agricultura	151	79	-	-	-	231
Serviço Municipal de Obras Públicas e Transportes	73	47	-	-	-	120
Serviço Municipal de Água, Saneamento Básico e Ambiente	54	79	-	-	-	133
Serviço Municipal de Gestão de Mercados e Turismo	-	-	-	-	-	-
Serviço Municipal de Registos, Notariado e Serviços Cadastrais	-	-	-	-	-	-
Serviço Municipal de Ação Social e Gestão de Desastres Naturais	4	47	-	-	-	51
Administração Municipal de Manatuto	1,052	1,363	356	-	-	2,770

	Salários e Vencimentos	Bens e Serviços	Transferências Públicas	Capital Menor	Capital de Desenvolvimento	Total das Despesas
Secretariado de Administração Municipal	464	380	341	-	-	1,185
Serviço Municipal de Saúde	62	215	-	-	-	277
Serviço Municipal de Educação	158	482	15	-	-	655
Serviço Municipal de Agricultura	259	118	-	-	-	376
Serviço Municipal de Obras Públicas e Transportes	32	41	-	-	-	74
Serviço Municipal de Água, Saneamento Básico e Ambiente	59	71	-	-	-	130
Serviço Municipal de Gestão de Mercados e Turismo	3	11	-	-	-	13
Serviço Municipal de Registos, Notariado e Serviços Cadastrais	7	4	-	-	-	11
Serviço Municipal de Ação Social e Gestão de Desastres Naturais	8	41	-	-	-	49
Administração Municipal de Viqueque	1,196	1,242	612	-	-	3,050
Secretariado de Administração Municipal	466	399	612	-	-	1,477
Serviço Municipal de Saúde	166	229	-	-	-	395
Serviço Municipal de Educação	188	378	-	-	-	566
Serviço Municipal de Agricultura	289	123	-	-	-	413
Serviço Municipal de Obras Públicas e Transportes	30	18	-	-	-	48
Serviço Municipal de Água, Saneamento Básico e Ambiente	42	54	-	-	-	95
Serviço Municipal de Gestão de Mercados e Turismo	-	5	-	-	-	5
Serviço Municipal de Registos, Notariado e Serviços Cadastrais	8	8	-	-	-	16
Serviço Municipal de Ação Social e Gestão de Desastres Naturais	5	28	-	-	-	33
Serviço Nacional de Inteligência (Órgão Autónomo sem Receitas Próprias)	322	1,197	139	-	-	1,659
Serviço Nacional de Inteligência	322	1,197	139	-	-	1,659
Inspeção-Geral do Estado (Órgão Autónomo sem Receitas Próprias)	301	606	-	190	-	1,097
Gabinete da Inspeção-geral	301	606	-	190	-	1,097
Instituto Nacional da Administração Pública (Órgão Autónomo sem Receitas Próprias)	411	655	-	66	-	1,133

	Salários e Vencimentos	Bens e Serviços	Transferências Públicas	Capital Menor	Capital de Desenvolvimento	Total das Despesas
Instituto Nacional da Administração Pública	411	655	-	66	-	1,133
Comissão Nacional de Eleições	818	3,151	6,000	-	-	9,969
Comissão Nacional de Eleições	818	3,151	6,000	-	-	9,969
Conselho para a Delimitação Definitiva das Fronteiras Marítimas (Órgão Autónomo sem Receitas Próprias)	-	1,259	-	55	-	1,314
Gabinete das Fronteiras Marítimas	-	1,259	-	55	-	1,314
Fundo das Infraestruturas, incluindo as despesas financiadas por empréstimo (Fundo Autónomo com Receitas Próprias)	31	1,096	-	-	366,409	367,536
Comissão de Administração do Fundo das Infraestruturas - FI	31	1,096	-	-	279,409	280,536
Empréstimo	-	-	-	-	87,000	87,000

Tabela III

**Serviços e Fundos Autônomas, incluindo Autoridade da Região Administrativa Especial de Oe-Cusse Ambeno e Zona Especial de Economia Social de Mercado de Oe-Cusse Ambeno e Ataúro
(milhares de dólares norte-americanos)**

	Despesas	Receitas Próprias	Dotação OGE
Arquivo e Museu da Resistência Timorense			
Salários e Vencimentos	-		
Bens e Serviços	3,178		
Transferências Públicas	-		
Capital Menor	301		
Capital Desenvolvimento	-		
Total	3,479	5	3,475
Conselho de Imprensa			
Salários e Vencimentos	227		
Bens e Serviços	596		
Transferências Públicas	-		
Capital Menor	-		
Capital Desenvolvimento	-		
Total	823	-	823
Instituto de Apoio ao Desenvolvimento Empresarial			
Salários e Vencimentos	519		
Bens e Serviços	436		
Transferências Públicas	-		
Capital Menor	19		
Capital Desenvolvimento	-		
Total	973	-	973
Agência Especializada de Investimento			
Salários e Vencimentos	-		
Bens e Serviços	1,110		
Transferências Públicas	-		
Capital Menor	6		
Capital Desenvolvimento	-		
Total	1,116	24	1,092
Serviço de Registo e Verificação Empresarial			
Salários e Vencimentos	-		
Bens e Serviços	970		
Transferências Públicas	-		
Capital Menor	230		
Capital Desenvolvimento	-		
Total	1,200		1,200
Instituto de Pesquisa, Desenvolvimento, Formação e Promoção do Bambu			
Salários e Vencimentos	-		
Bens e Serviços	442		
Transferências Públicas	-		
Capital Menor	32		
Capital Desenvolvimento	-		
Total	474	180	294
Centro de Formação SENAI			
Salários e Vencimentos	102		
Bens e Serviços	197		

	Despesas	Receitas Próprias	Dotação OGE
Transferências Públicas	-		
Capital Menor	180		
Capital Desenvolvimento	-		
Total	479	-	479
Polícia Científica de Investigação Criminal			
Salários e Vencimentos	1,083		
Bens e Serviços	575		
Transferências Públicas	-		
Capital Menor	263		
Capital Desenvolvimento	-		
Total	1,921	-	1,921
Agência Nacional para a Avaliação e Acreditação Académica			
Salários e Vencimentos	10		
Bens e Serviços	345		
Transferências Públicas	-		
Capital Menor	-		
Capital Desenvolvimento	-		
Total	356	-	356
Hospital Nacional Guido Valadares			
Salários e Vencimentos	5,143		
Bens e Serviços	4,724		
Transferências Públicas	-		
Capital Menor	639		
Capital Desenvolvimento	-		
Total	10,506	239	10,267
Serviço Autónomo de Medicamentos e Equipamentos Médicos			
Salários e Vencimentos	313		
Bens e Serviços	4,757		
Transferências Públicas	-		
Capital Menor	466		
Capital Desenvolvimento	-		
Total	5,536	312	5,224
Laboratório Nacional			
Salários e Vencimentos	327		
Bens e Serviços	390		
Transferências Públicas	-		
Capital Menor	125		
Capital Desenvolvimento	-		
Total	842	-	842
Instituto Nacional da Saúde			
Salários e Vencimentos	240		
Bens e Serviços	241		
Transferências Públicas	-		
Capital Menor	170		
Capital Desenvolvimento	-		
Total	651	-	651
Centro Nacional de Reabilitação			
Salários e Vencimentos	23		
Bens e Serviços	648		
Transferências Públicas	-		

	Despesas	Receitas Próprias	Dotação OGE
Capital Menor	448		
Capital Desenvolvimento	-		
Total	1,119	-	1,119
Instituto de Gestão de Equipamentos			
Salários e Vencimentos	1,140		
Bens e Serviços	2,001		
Transferências Públicas	-		
Capital Menor	-		
Capital Desenvolvimento	-		
Total	3,141	213	2,928
Administração dos Portos de Timor-Leste			
Salários e Vencimentos	500		
Bens e Serviços	3,102		
Transferências Públicas	-		
Capital Menor	37		
Capital Desenvolvimento	-		
Total	3,638	3,419	219
Autoridade Reguladora das Comunicações			
Salários e Vencimentos	-		
Bens e Serviços	1,058		
Transferências Públicas	-		
Capital Menor	278		
Capital Desenvolvimento	-		
Total	1,336	1,194	142
Instituto de Defesa Nacional			
Salários e Vencimentos	39		
Bens e Serviços	1,275		
Transferências Públicas	-		
Capital Menor	58		
Capital Desenvolvimento	-		
Total	1,373	-	1,373
Universidade Nacional Timor Lorosa'e			
Salários e Vencimentos	9,031		
Bens e Serviços	4,893		
Transferências Públicas	-		
Capital Menor	1,825		
Capital Desenvolvimento	900		
Total	16,650	917	15,733
Fundo das Infraestruturas			
Salários e Vencimentos	31		
Bens e Serviços	1,096		
Transferências Públicas	-		
Capital Menor	-		
Capital Desenvolvimento	366,409		
Total	367,536	-	367,536
Centro de Logístico Nacional			
Salários e Vencimentos	92		
Bens e Serviços	2,446		
Transferências Públicas	-		
Capital Menor	-		
Capital Desenvolvimento	-		
Total	2,539	1,680	859

	Despesas	Receitas Próprias	Dotação OGE
Autoridade de Inspeção Alimentar e Fiscalização da Atividade Económica			
Salários e Vencimentos	55		
Bens e Serviços	853		
Transferências Públicas	-		
Capital Menor	53		
Capital Desenvolvimento	-		
Total	961	153	809
Centro Nacional de Emprego e Formação Profissional - Tibar			
Salários e Vencimentos	-		
Bens e Serviços	1,304		
Transferências Públicas	-		
Capital Menor	200		
Capital Desenvolvimento	-		
Total	1,504	-	1,504
Total Serviços e Fundos Autónomos	428,152	8,336	419,816

	Despesas	Receitas próprias	Dotação OGE
Autoridade da Região Administrativa Especial de Oe- Cusse Ambeno (ARAEOA) e Zona Especial de Economia Social de Mercado de Oe-Cusse Ambeno e Ataúro (ZEESM)			
Total	76,000	971	75,029

Tabela IV

**Dotações Orçamentais para 2019 do Fundo de Desenvolvimento do Capital Humano (milhares de
dólares norte-americanos)**

Nome do Programas/Subprogramas	Despesas financiadas por saldo transitado de 2017	Salários e Vencimentos	Bens e Serviços	Transferências Publicas	Capital Menor	Capital Desenvolvimento	Total das Despesas
Total	-	-	20,000	-	-	-	20,000
Formacao Profissional	-	-	2,735	-	-	-	2,735
Formacao Tecnica	-	-	6,390	-	-	-	6,390
Bolsas de Estudo	-	-	8,705	-	-	-	8,705
Outros Tipos de Formação	-	-	2,171	-	-	-	2,171

Anexo II

Receitas e Despesas do Orçamento da Segurança Social para 2019

Tabela I

Total de Receitas Globais do Orçamento da Segurança Social

(milhares de dólares norte- americanos)

Designação	OSS Tabela I
Receitas Correntes	69.394
Contribuições para a Segurança Social	28.614
Regime Contributivo	28.614
Sanções e outras penalidades	0
Rendimentos	1
Transferências Correntes	40.779
Do Estado (OE)	40.779
Ministério das Finanças	40.779
Outros Ministérios	0
Outras transferências correntes	0
Outras receitas correntes	0
Receitas de Capital	0
Transferências de capital	0
Do Estado (OE)	0
Transferências de capital do Estado - MF	0
Outras transferências de capital	0
Ativos Financeiros	0
Outras receitas de capital	0
Saldo de gerência do ano anterior	1.594
TOTAL	70.988

Tabela II

Total de Receitas do Regime não contributivo de Segurança Social

(milhares de dólares norte- americanos)

Designação	OSS Tabela I
Receitas Correntes	35.149
Transferências Correntes	35.149
Do Estado (OE)	35.149
Ministério das Finanças	35.149
Outras transferências correntes	0
Outras receitas correntes	0
Saldo de gerência do ano anterior	0
TOTAL	35.149

Tabela III**Total de Receitas do Regime contributivo de Segurança Social - Componente de Repartição**

(milhares de dólares norte- americanos)

Designação	OSS Tabela I
Receitas Correntes	33.150
Contribuições para a Segurança Social	28.614
Regime Contributivo	28.614
Sanções e outras penalidades	0
Rendimentos	1
Transferências Correntes	4.535
Do Estado (OE)	4.535
Ministério das Finanças	4.535
Outros Ministérios	0
Outras transferências correntes	0
Outras receitas correntes	0
Saldo de gerência do ano anterior	1.594
TOTAL	34.744

Tabela IV**Total de Receitas do Regime contributivo de Segurança Social - Componente de Capitalização**

(milhares de dólares norte- americanos)

Designação	OSS Tabela I
Receitas Correntes	0
Rendimentos de aplicações	0
Transferências Correntes	0
Outras receitas correntes	0
Receitas de Capital	28.751
Transferências de capital	28.751
Do Estado (OE)	0
Transferências de capital do Estado - MF	0
Segurança Social	28.751
Transferências de capital do Regime Contributivo - saldos anuais do Regime Contributivo	28.751
Outras transferências de capital	0
Ativos Financeiros	0
Outras receitas de capital	0
Saldo de gerência do ano anterior	0
TOTAL	28.751

Tabela V
Total de Receitas de Administração da Segurança Social
(milhares de dólares norte- americanos)

Designação	OSS Tabela I
Receitas Correntes	1.096
Rendimentos	0
Transferências Correntes	1.096
Do Estado (OE)	1.096
Ministério das Finanças	1.096
Outras transferências correntes	0
Outras receitas correntes	0
Saldo de gerência do ano anterior	0
TOTAL	1.096

Tabela VI
Total de Despesas Globais do Orçamento da Segurança Social
(milhares de dólares norte- americanos)

Designação	OSS Tabela I
Despesas Correntes	42.187
Despesas com pessoal	613
Aquisição de bens e serviços	319
Juros e outros encargos	103
Transferências Correntes	41.141
Para o Estado (OE)	0
Ministério das Finanças	0
Para Famílias/Pessoais	41.141
Regime não Contributivo	35.149
Regime Contributivo	5.992
Outras prestações (despesas de outros Ministérios, cujo pagamento a SS assume)	0
Outras Despesas Correntes	11
Despesas Capital	28.801
Aquisição de bens de capital	50
Capital menor	50
Capital de desenvolvimento	0
Ativos Financeiros	28.751
Outras despesas de capital	0
TOTAL	70.988

Tabela VII
Total de Despesas do Regime não contributivo de Segurança Social
(milhares de dólares norte- americanos)

Designação	OSS Tabela I
Despesas Correntes	35.149
Juros e outros encargos	0
Transferências Correntes	35.149
Para o Estado (OE)	0
Ministério das Finanças	0
Para Famílias/Pessoais	35.149
Regime não Contributivo	35.149
Outras despesas correntes	0
TOTAL	35.149

Total de Despesas do Regime contributivo de Segurança Social - Componente de Repartição
(milhares de dólares norte- americanos)

Designação	OSS Tabela I
Despesas Correntes	5.992
Juros e outros encargos	0
Transferências Correntes	5.992
Para o Estado (OE)	0
Ministério das Finanças	0
Para Famílias/Pessoais	5.992
Regime Contributivo	5.992
Outras prestações	0
Outras despesas correntes	0
Despesas Capital	28.751
Transferências de capital	28.751
Para a Segurança Social	28.751
Transferências para o Fundo de Reserva da Segurança Social (FRSS)	28.751
TOTAL	34.744

Tabela IX**Total de Despesas do Regime contributivo de Segurança Social - Componente de Capitalização
(Fundo de Reserva da Segurança Social)**

(milhares de dólares norte- americanos)

Designação	OSS Tabela I
Despesas Correntes	0
Juros e outros encargos	0
Outras despesas correntes	0
Despesas Capital	28.751
Ativos Financeiros	28.751
Outras despesas de capital	0
TOTAL	28.751

Tabela X**Total de Despesas de Administração da Segurança Social**

(milhares de dólares norte- americanos)

Designação	OSS Tabela I
Despesas Correntes	1.046
Despesas com pessoal	613
Aquisição de bens e serviços	319
Juros e outros encargos	103
Transferências Correntes	0
Para o Estado (OE)	0
Ministério das Finanças	0
Outras Despesas Correntes	11
Despesas Capital	50
Aquisição de bens de capital	50
Capital menor	50
Capital de desenvolvimento	0
TOTAL	1.096